



ARRÁBIDA

BIOSFERA

PLANO DE AÇÃO
CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
2025/2035





PLANO DE AÇÃO
CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
2025/2035

SIGLAS

ADREPAL	Espaço Fortuna Artes e Ofícios
ADREPES	Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
AHBVS	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal
AMRS	Associação de Municípios da Região de Setúbal
APSS	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A
ARCOLSA	Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida
CVRPS	Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal
DOP	Denominação de Origem Protegida
ENA	Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
ENAAAC 2020	Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas
ENDS	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
ERT-RL	Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa
ET 27	Estratégia para o Turismo 2027
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
ISA	Instituto Superior de Agronomia
LASA	Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão
LBOGEM	Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional
MaB	Man and the Biosphere
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
P-3AC	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
PDM	Plano Diretor Municipal
PGRH	Planos de Gestão de Região Hidrográfica
PNA	Parque Natural da Arrábida
PNA	Plano Nacional da Água
PNAP	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
PNEC 2030	Plano Nacional Energia e Clima 2030
PNPOT	Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) foi aprovada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro. Revisão com a Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro
POC-EO	Programa da Orla Costeira Alcobça-Cabo Espichel
POPNA	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida
PROF LVT	Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo
PROT AML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PSOEM	Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional
PSRN2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RB	Reservas da Biosfera
REN	Reserva Ecológica Nacional
RNC2050	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
SECIL	Companhia Geral de Cal e Cimento, Lda
SWOT	(Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	9
2. ENQUADRAMENTO	11
2.1. O QUE É UMA RESERVA DA BIOSFERA	11
2.2 A ESTRATÉGIA DO PROGRAMA MAN & THE BIOSPHERE DA UNESCO 2015-2025	17
3. ANÁLISE SWOT E ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	19
3.1 ANÁLISE SWOT	19
3.2 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	22
3.2.1 INTRODUÇÃO	22
3.2.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	23
3.2.3 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO	30
3.2.4 OUTROS TEMAS RELEVANTES - PLANOS E PROGRAMA COM ORIENTAÇÕES RELEVANTES PARA A CANDIDATURA	31
4. VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS	34
5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	39
5.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA RESERVA DA BIOSFERA DA ARRÁBIDA	39
5.2 OBJETIVO ESTRATÉGICO A - CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO: UM PATRIMÓNIO NATURAL SINGULAR	40
5.3 OBJETIVO ESTRATÉGICO B - PROMOÇÃO E FRUIÇÃO: UM TERRITÓRIO POR DESCOBRIR DE FORMA SUSTENTÁVEL	42
5.4 OBJETIVO ESTRATÉGICO C - EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO: UM TERRITÓRIO DE REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	44
5.5 OBJETIVO ESTRATÉGICO D - AÇÃO CLIMÁTICA: UM TERRITÓRIO PROATIVO E RESILIENTE AOS DESAFIOS CLIMÁTICOS	46
5.6 OBJETIVO ESTRATÉGICO E - PARTICIPAÇÃO E IDENTIDADE: UM TERRITÓRIO DE GESTÃO PARTICIPADA	48
6. MATRIZ DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DE ARRÁBIDA (2023 - 2033) POR OBJETIVOS TEMÁTICOS	50
7. MODELO DE GOVERNANÇA DA RESERVA DA BIOSFERA DA ARRÁBIDA	56
8. PRAZO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RESERVA BIOSFERA DA ARRÁBIDA	58
9. PRINCIPAIS FONTES FINANCEIRAS, MATERIAIS E HUMANAS	59
10. PRINCIPAIS PARCEIROS NA GESTÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA ARRÁBIDA	60
11. MONITORIZAÇÃO / REVISÃO	63

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - ANÁLISE SWOT DA RESERVA DA BIOSFERA DA ARRÁBIDA	20
QUADRO 2 - NORMAS E DIRETRIZES DO PROT AML.....	29
QUADRO 3 - RELAÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO A COMO A ANÁLISE SWOT, O QRE OS ODS E AS ÁREAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE LIMA	41
QUADRO 4 - RELAÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO B COMO A ANÁLISE SWOT, O QRE OS ODS E AS AREAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE LIMA	43
QUADRO 5 - RELAÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO C COMO A ANÁLISE SWOT, O QRE OS ODS E AS ÁREAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE LIMA	45
QUADRO 6 - RELAÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO D COMO A ANÁLISE SWOT, O QRE OS ODS E AS ÁREAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE LIMA	47
QUADRO 7 - RELAÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO E COMO A ANÁLISE SWOT, O QRE OS ODS E AS ÁREAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE LIMA	49
QUADRO 8 - CRONOGRAMA DAS AÇÕES POR OBJETIVOS E RESPETIVOS INDICADORES ASSOCIADOS	63
QUADRO 9 - INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DAS FUNÇÕES DA RESERVA (CONSTANTES DO FORMULÁRIO)	68
QUADRO 10 - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICOS	70

1 INTRODUÇÃO

A Serra da Arrábida e a região envolvente, onde se inclui além da área terrestre e envolvente marinha, é possuidora de um património natural e cultural de grande relevância, que importa conservar e valorizar. Neste território desenvolvem-se diversas atividades humanas que se querem sustentáveis e potenciadoras de desenvolvimento regional, numa lógica de harmonia entre as comunidades humanas e o meio ambiente.

Consensualizada a necessidade de valorizar, conservar e promover o território da Arrábida, o seu património natural e cultural, de lhe dar um reconhecimento internacional que permita promover aquilo que são as suas características, bem como partilhar, perante as outras reservas da Biosfera, a forma como é possível garantir a salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos em harmonia com o desenvolvimento das atividades económicas e com a permanência da população, numa perspetiva de “laboratório vivo”, a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e os Municípios de Sesimbra, Setúbal e Palmela, unem esforços em torno deste objetivo.

Neste âmbito, estas entidades decidem apresentar uma candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera, junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), enquadrada pelo programa "O Homem e a Biosfera" ("*Man and the Biosphere*" - *MaB*), que se centra, sobretudo, na conciliação da conservação e preservação da natureza com a atividade humana, assente numa lógica de desenvolvimento económico, social e ambientalmente sustentável, envolvendo, de forma ativa, as populações locais, afirmando o seu potencial, a sua história e o seu património, as suas riquezas naturais, os saberes e a cultura das suas gentes.

- Face ao exposto, no presente Anexo apresenta-se o Plano de Ação para a Reserva da Biosfera da Arrábida, alicerçado nos elementos caracterizados no Formulário, do qual resultou a definição da Visão e da Missão para a Reserva da Biosfera da Arrábida cujo cumprimento resulta da prossecução de um conjunto de Objetivos Gerais, Estratégicos e Específicos e da execução de múltiplas ações (devidamente calendarizadas)

Optou-se por estruturar este Anexo da seguinte forma:

- No capítulo 2 é apresentado o enquadramento do Programa “Man & Biosphere”;
- No capítulo 3 é apresentada a análise SWOT desenvolvida, bem como o enquadramento do Quadro de Referência Estratégico (QRE);

- No capítulo 4 é identificada a Visão e a Missão, bem como os objetivos gerais da Reserva da Biosfera da Arrábida;
- No capítulo 5 são concretizados os Objetivos Gerais através da estruturação dos Objetivos Estratégicos e dos Objetivos Específicos;
- No capítulo 6 é apresentada a matriz de acompanhamento, que elenca as diversas ações associadas aos Objetivos Estratégicos e Específicos;
- Nos capítulos 7 a 11 é apresentado o Modelo de Governança, os prazos de execução, as fontes de financiamento, os principais parceiros a envolver e o processo de monitorização do Plano.

2

ENQUADRAMENTO

2.1 O QUE É UMA RESERVA DA BIOSFERA

O Programa "Man & Biosphere" é um programa científico da UNESCO, lançado em 1971, que visa a conservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade de vida das populações e um desenvolvimento económico sustentável.

Os objetivos deste Programa consubstanciam-se no terreno através da designação de Reservas da Biosfera (RB), que funcionam como laboratórios vivos de sustentabilidade, onde se ensaiam iniciativas de promoção e utilização sustentável dos recursos endógenos, em cooperação entre as populações e os atores de desenvolvimento local para atingir os seus objetivos.

Definição

Segundo a Comissão Nacional da UNESCO:

- *“As Reservas da Biosfera são áreas classificadas, representativas dos principais ecossistemas mundiais (terrestres, marinhos e costeiros), estabelecidas pelos Estados-Membros da UNESCO e reconhecidas pelo Programa «O Homem e a Biosfera»;*
- *São territórios promotores de um desenvolvimento sustentável, com base na ciência e nos esforços das comunidades locais, contribuindo para a redução da perda da biodiversidade, a partir de uma abordagem científica, ambiental, social e de desenvolvimento, sendo que as leis em vigor são as existentes em cada um dos Estados-membros”.*

Funções

- As Reservas da Biosfera têm três funções que se consolidam e complementam mutuamente:
- Contribuir para a **CONSERVAÇÃO** de paisagens, ecossistemas, espécies e biodiversidade;
- Impulsionar o **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO** de forma social, cultural e ecologicamente sustentável;
- Fornecer o **APOIO LOGÍSTICO** necessário a projetos de pesquisa, educação, capacitação, monitorização e intercâmbio de informações relativas à temática de desenvolvimento e de conservação do património natural e cultural, seja no âmbito local, nacional e/ou global.

As Reservas da Biosfera atendem a um **ZONAMENTO PRÉ DEFINIDO** e devem cumprir um conjunto de **CRITÉRIOS**. Neste quadro, seguidamente, são descritas as diferentes Zonas dentro de uma Reserva da Biosfera, e a sua aplicação a este território-alvo (Arrábida), sendo igualmente apresentados os critérios e a forma como são cumpridos na Reserva da Biosfera da Arrábida.

Reservas da Biosfera - Zonamento

As Reservas são divididas em Três Zonas:

- **Núcleo** – dedicada à conservação da natureza, investigação e monitorização dos ecossistemas menos alterados. Na Reserva da Biosfera da Arrábida a Zona Núcleo corresponde:
- Na **componente terrestre**, a três áreas onde se identificam sistemas e valores naturais e paisagísticos de reconhecido valor e importância. Correspondem a áreas onde ocorrem formações vegetais singulares de carrascal arbóreo, como a Mata do Vidal, a Mata do Solitário, a Mata Coberta Nascente, a Mata Coberta Poente, áreas de ocorrência de endemismos florísticos locais e nacionais e de avifauna com estatuto especial de conservação, arribas com valores relevantes como a Arriba Sul do Cabo Espichel;
- Na **componente marinha**, à área entre os cabos Lagosteiros e ponta de São Pedro na base da Serra do Risco, coincidindo na totalidade com a área classificada como Proteção Total, de acordo com o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA). Esta zona integra os principais habitats subaquáticos formados por blocos rochosos, de elevada diversidade morfológica e fundos móveis associados, que constituem manancial único da costa portuguesa e são responsáveis por elevados valores de biodiversidade marinha ao nível europeu.
- **Tampão** – onde se realizam atividades compatíveis com a conservação dos valores naturais (educação, recreio, lazer, ecoturismo, agricultura, etc.). Na Reserva da Biosfera da Arrábida as Zonas Tampão correspondem:
- Às áreas terrestres que envolvem a Zona Núcleo, condicionadas em grande medida pelos instrumentos de gestão territorial (IGT) locais o que determina que as atividades humanas desenvolvidas nestas áreas sejam especialmente limitadas e harmonizadas com os valores presentes na Zona Núcleo. A agricultura, a vitivinicultura, a pastorícia e a silvicultura são as atividades dominantes, estando presentes praticamente ao longo de todo o território da Zonas Tampão. Além dessas atividades, identificam-se pequenos núcleos de turismo rural e de habitação. A fruição popular das Zonas Tampão, seja em terra ou no mar, é parte da cultura regional, de Sesimbra a Setúbal, sendo que estão sujeitas a uma visita constante, ordenada e integrada no espaço, numa perspetiva de qualificação dos valores presentes pela sua ligação às populações e não através do seu isolamento;

- A Zona Tampão marinha é coincidente com área classificada no POPNA como Proteção Parcial e Proteção Complementar, na qual é permitida a pesca comercial, com exceção da pesca com armadilhas de gaiola e da pesca à linha, a distância não inferior a 200m. Esta zona atrai, nos meses de verão, um elevado número de visitantes, pela qualidade das suas praias e espaço marítimo adjacente, sendo uma zona sujeita nessa altura do ano a medidas de gestão mais consentâneas com esta pressão, no sentido da sua salvaguarda e manutenção.
- **Transição** – onde se integram atividades económicas sustentáveis e núcleos populacionais. Na Reserva da Biosfera da Arrábida as Zonas de Transição correspondem:
- A um vasto território terrestre e a uma orla marítima praticamente toda integrada no Parque Marinho Luiz Saldanha. A Zona de Transição, apesar de ser diversificada e de conter diversos aglomerados urbanos (como parte da Cidade Setúbal, a Quinta do Anjo, parte da Vila de Palmela e a Vila de Sesimbra), é caracterizada essencialmente pela presença dos setores económicos primário e terciário, estando presente de forma controlada a indústria transformadora, extrativa e de produção vitivinícola. A presença do comércio e dos serviços, nomeadamente no âmbito das atividades turísticas, desportivas e lúdicas, designadamente com forte oferta no âmbito de turismo na natureza, juntamente com um setor da restauração muito presente e muito entrosado com os hábitos gastronómicos mediterrânicos e, particularmente, com os regionais, assumem-se como as atividades mais representativas no território.
- A Zona de Transição marinha é coincidente com área classificada no POPNA como Proteção Parcial e Proteção Complementar, na qual é permitida a pesca comercial, com exceção da pesca com armadilhas de gaiola e da pesca à linha, a distância não inferior a 200m. Esta zona atrai, nos meses de verão, um elevado número de visitantes, pela qualidade das suas praias e espaço marítimo adjacente, sendo uma zona sujeita nessa altura do ano a medidas de gestão mais consentâneas com esta pressão, no sentido da sua salvaguarda e manutenção

Critérios para a Designação de uma Reserva da Biosfera

- Os critérios propostos para a classificação como Reserva da Biosfera, são cumpridos, nomeadamente:
- Envolver um mosaico dos sistemas ecológicos representativos da região de grande importância biogeográfica, incluindo a gradação das intervenções humanas:
- Na Reserva da Biosfera da Arrábida, a diversidade botânica prende-se, entre outros fatores, com o relevo acidentado, que proporciona microclimas diferenciados e uma característica peculiar, o chamado efeito de mosaico: pequenas superfícies de cada formação vegetal. A flora, marcadamente atlântica e

mediterrânica, encontra-se muitas vezes contígua e a sua transição, por vezes, ocorre de forma abrupta, ao passar uma linha de alturas ou o limite de formações geológicas edaficamente distintas;

- A Arrábida corresponde a uma unidade biogeográfica com diversidade interna. Apesar das suas características dominantes – a orografia alpina e o modelado cársico com coberto vegetal mediterrânico, em terra, e a orla litoral virada a sul com fundos marinhos que servem de maternidade a inúmeras espécies, a região encerra um vasto conjunto de outras riquezas resultantes da sua natureza e da intervenção humana ao longo dos séculos.
- Ter um significado excecional para a conservação da biodiversidade da região:
- A serra da Arrábida é caracterizada por uma grande diversidade de habitats naturais que, pelas suas características, albergam várias espécies de vegetação importantes ao nível ecológico; nos relvados semi-naturais, bastante ricos em orquídeas (tanto em número de espécies como abundância). As encostas e falésias marítimas, sendo os habitats mais singulares de toda a Arrábida, correspondem às áreas onde se localizam a maioria das plantas de maior valor conservacionista, incluindo os dois endemismos exclusivos, a eufórbia-de-gomes-pedro (*Euphorbia pedroi*) e a corriola-do-espichel (*Convolvulus fernandesii*).
- Na área marinha mais de 2000 espécies desenvolvem partes cruciais do seu ciclo de vida, incluindo várias de elevada importância económica, exemplos da lagosta (*Panulirus argus*) e da santola (*Maja squinado*). Nos mamíferos marinhos, destaca-se a população residente de roaz-corvineiro (*Tursiops truncatus*), que utiliza e depende de parte da área marinha incluída na área da Reserva da Biosfera proposta.
- No que se refere à flora marinha, esta é particularmente notável pelos povoamentos de algas normalmente exuberantes. Alguns casos devem constituir prioridade de conservação ao nível nacional, como é o caso das algas feofíceas do grupo das laminárias (cujo representante mais significativo no litoral da região é a *Saccorhiza polyschides*). As plantas marinhas do género *Zostera* em condições de mar abrigado, como se encontram na zona da Arrábida, são muito raras, tornando as pradarias desta planta verdadeiras relíquias.
- Fornecer uma oportunidade para explorar e demonstrar abordagens de desenvolvimento sustentável à escala regional:
- Tendo em conta a prevalência de atividades que dependem dos recursos naturais, muito desse equilíbrio tem sido alcançado naturalmente pelas próprias práticas e pela forma como aqui se vieram a desenvolver. Esse trabalho, de contínua adequação das atividades ao meio e às suas características, representa uma preocupação constante por parte dos proponentes desta candidatura e que, tendo em conta o Plano de Gestão da ZEC Arrábida/Espichel (aguarda aprovação)

e as estratégias de desenvolvimento dos três concelhos, plasmadas nos Planos Diretores Municipais e nos planos estratégicos de desenvolvimento, se perspetiva manter e aprofundar;

- São vários os exemplos de abordagens de desenvolvimento sustentável que podem ser apresentados em diversos domínios, como seja: i) a pesca, com destaque para a pesca artesanal desenvolvida no Parque Marinho ou o projeto “Cabaz do Peixe”; ii) o turismo e recreio, onde se destaca a “Grande Rota da Arrábida”; iii) a atividade agrícola, com destaque para a criação do Museu do Ovelheiro ou o projeto “Adote uma Saloia”, este último procurando envolver a comunidade e as empresas através do apadrinhamento de um animal, ajudando a suportar a sua conservação.
- Ter uma dimensão apropriada que permita o desenvolvimento das três funções da Reserva da Biosfera (Conservação, Desenvolvimento e Apoio logístico):
- A área proposta para classificação, com cerca 20 153 ha, combina o estatuto legal das diversas partes do território com as práticas e tradições locais e regionais, resultado de uma ocupação humana milenar e de uma conjugação de atividades económicas, culturais e sociais com a riqueza natural, a geodiversidade e a biodiversidade, igualmente ancestral.
- Ter um zonamento apropriado:
- O zonamento proposto para a Reserva da Biosfera da Arrábida resulta da distribuição geográfica dos valores e do atual estado de conservação e de integridade. A Zona Núcleo comporta valores em estado selvagem, em alguns casos de acesso interdito, pelo que a sua interação com a envolvente Zona Tampão é única e exclusivamente a que resulta do estado silvestre;
- A interação entre a Zona Tampão e a Zona de Transição é, no entanto, mais intensa, sendo que existe entre estas muito maior conectividade. O zonamento proposto tem em conta a existência de infraestruturas, nomeadamente estradas, núcleos urbanos ou equipamentos, bem como a sua localização e função;
- No que toca aos valores, o zonamento assegura a sua adequada salvaguarda e conservação, na medida em que a proposta de zonas também decorre de uma realidade já implantada no terreno, com vasta história e com resultados reconhecidos no que toca à conservação da natureza, especialmente da biodiversidade, mas também da geodiversidade.
- Ter um plano organizativo que permita o envolvimento e a participação de um número considerável de autoridades públicas, das comunidades locais e do setor privado, de forma a concretizar as funções da Reserva da Biosfera:
- Desde os primeiros momentos que o processo de construção da candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera foi realizado com o trabalho e o envolvimento da AMRS, ICNF e os Municípios de Sesimbra, Setúbal e Palmela, que prepararam e

promoveram um processo participativo iniciado em abril de 2016, com uma apresentação pública que envolveu a comunidade local, as entidades e atores locais e regionais ligados não só à investigação científica e ensino superior, como também às atividades económicas, ambientais e culturais, bem como a população em geral.

- Ter mecanismos de implementação (Plano de Ação) e incluir programas para a investigação, monitorização, educação e formação.
- Mecanismo que se concretiza com o presente Plano de Ação.

2.2

A ESTRATÉGIA DO PROGRAMA MAN & THE BIOSPHERE DA UNESCO 2015-2025

O Programa MAB, com a sua Rede Mundial de Reservas da Biosfera, é um instrumento único para a investigação e experimentação no terreno, para construir conhecimento sobre a prática baseada no desenvolvimento sustentável e compartilhá-lo globalmente.

Graças a esta abordagem prática, o Programa MAB apoia os esforços dos Estados Membros da UNESCO para abordar questões críticas relacionadas com a biodiversidade, os serviços dos ecossistemas, as alterações climáticas e outros aspetos da mudança ambiental global.

Do Programa MAB destacam-se três documentos:

- A Estratégia MAB 2015-2025, que é uma atualização do Programa Homem e Biosfera (MAB) no novo contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Estratégia MAB 2015-2025 define 5 Áreas de Ação Estratégica, que estiveram na base da elaboração do Plano de Ação para as Reservas da Biosfera Portuguesas – Plano de Ação de Portugal (2018-2025) e que são as seguintes:
- A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável;
- B – Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera;
- C – Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera;
- D – Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, aberta e transparente;
- E – Governança efetiva do programa MaB, da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas.

- A Declaração de Lima (2016) sobre o Programa Homem e Biosfera da UNESCO (MAB) e a sua Rede Mundial de Reservas da Biosfera (WNBR) foi subscrita pelos Estados Membros da UNESCO, pelas reservas da biosfera e pelas instituições cooperantes do setor público e privado, bem como por organizações da sociedade civil. Expressa o seu compromisso político com o Programa e estabelece os princípios do Plano de Ação de Lima;
- O Plano de Ação de Lima para o Programa MAB da UNESCO e a sua Rede Mundial de Reservas da Biosfera (2016-2025) contém um conjunto abrangente de ações destinadas a garantir a implementação eficaz da Estratégia MAB 2015-20. Este Plano de Ação foi adotado durante o 4.º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera, em Lima, no Perú, em 2016, e é apresentado como uma matriz, estruturada de acordo com as 5 áreas de ação estratégica anteriormente mencionadas.

No capítulo 5 do presente documento, demonstra-se que as 5 áreas de ação estratégica estão presentes nos Objetivos Estratégicos e, conseqüentemente, nas ações previstas no presente Plano de Ação.

3

ANÁLISE SWOT E ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

3.1 ANÁLISE SWOT

O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês e é um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), baseada numa matriz que visa fazer uma avaliação de cenários tendo em conta duas perspetivas:

- O estado da situação atual, conhecido e sob controlo, sintetizado nas variáveis “Forças” (pontos fortes) e “Fraquezas” (pontos fracos). Estes fatores permitem identificar as potencialidades. Através desta identificação, procura-se diagnosticar as principais valias da área da futura Reserva da Biosfera da Arrábida que deverão, portanto, conduzir à definição dos desafios estratégicos para o modelo territorial e de gestão;
- A antevisão de uma situação hipotética futura, dependente de fatores externos, que pretende antecipar as “Oportunidades” (possibilidades ainda não exploradas) e as “Ameaças” (fatores que, a ocorrerem, põe em causa os resultados). Estes fatores permitem a identificação dos condicionamentos que correspondem às principais vulnerabilidades e condicionantes internas do planeamento e gestão da área da futura Reserva da Biosfera da Arrábida.

A análise SWOT da Reserva da Biosfera da Arrábida foi baseada:

- Nas características físicas, naturais e socioeconómicas da Reserva da Biosfera da Arrábida;
- No envolvimento e na auscultação das autoridades públicas, das comunidades locais e do setor privado, tendo como objetivos:
- Assegurar uma elaboração co-construída e participada do Plano de Ação;
- Promover o seu envolvimento no processo de valorização e proteção dos recursos e na criação de uma visão partilhada e consensualizada dos Objetivos da Reserva da Biosfera da Arrábida;
- Alargar a reflexão estratégica sobre os desafios que se colocam a este território.

Quadro 1 - Análise SWOT da Reserva da Biosfera da Arrábida

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de áreas definidas e delimitadas dedicadas à proteção e conservação da natureza no território do Parque Natural da Arrábida/Zona Especial de Conservação Arrábida/Espichel/Zona de Proteção Especial Cabo Espichel; ➤ Tipologia diversificada das áreas de proteção e conservação natural, o que reflete a variedade de espaços que confluem para este território enquanto fatores diferenciadores; ➤ Elevado valor de património natural, com interesse científico muito significativo, caracterizado pelo sua singularidade, riqueza de espécies e endemismos, e geodiversidade; ➤ Paisagem excecional conferida pelo carácter único de um mosaico de paisagens onde é marcante o contraste entre a serra e o mar, a justaposição de escarpas rochosas e água cristalina, de encostas impressionantes e praias acolhedoras, a combinação de matas densas e vales repousantes, o impacto da morfologia visível e a surpresa associada às grutas cársicas existentes; ➤ Elevado valor do património material e imaterial, com interesse turístico, educativo e científico, com destaque para o património histórico-cultural; ➤ Forte identidade associada à terra e ao mar; ➤ Inacessibilidade a alguns valores biológicos e geológicos importantes (arribas e escarpas); ➤ Existência de áreas de reduzida presença humana e pressão antrópica que correspondem a áreas de elevada riqueza biológica e ecológica; ➤ Património natural e paisagístico de reconhecida qualidade e valor singular, com elevado potencial em concretização para desportos de natureza, turismo de natureza e outros como contemplação; ➤ Oferta de produtos e serviços associados ao turismo ativo e de natureza; ➤ Ampla oferta comercial e turística baseada em produtos regionais, mormente o queijo de Azeitão, queijo da Azóia, os vinhos, o Moscatel, o mel, os produtos agrícolas, e o pescado; ➤ Afirmação de algumas produções ligadas ao setor agropecuário, em particular a produção de vinho e do Queijo de Azeitão com Denominação de Origem Protegida (DOP); ➤ Existência de uma Rede de Percursos Pedestres do PNA, materializada num guia de campo e site próprio; ➤ Valores históricos e culturais com potencial para qualificação e valorização (por exemplo, naufrágios); ➤ Presença das atividades seculares de pesca artesanal com especial foco em Sesimbra e Setúbal, mantendo vivas e em desenvolvimento tradições gastronómicas e culturais em torno do uso comum do mar e dos seus recursos; ➤ Número significativo de produtos regionais da Arrábida; ➤ Existência de agentes locais com capacidade de iniciativa e de intervenção em áreas específicas de atuação e na dinamização do território; ➤ Existência de uma boa rede de infraestruturas de suporte ao desenvolvimento de atividades, e gestão do território, na área da Reserva (ex: Museu Marítimo de Sesimbra); ➤ Padrão de distribuição da população concentrado em aglomerados urbanos; ➤ Elevados níveis de qualificação da população; ➤ Boa rede de infraestruturas viárias e de telecomunicações; ➤ Localização geográfica central em Portugal; ➤ Existência de uma rede de percursos pedestres do PNA. 	<ul style="list-style-type: none"> ⚠ Acentuada conectividade do território da Reserva; ⚠ Fácil acesso a locais com importância florística, como as arribas, no âmbito de atividades desportivas e recreativas como escalada ou rappel; ⚠ Falta de conhecimento e/ ou sensibilização de alguns estratos da comunidade (ex. proprietários, visitantes no âmbito de pesca) quanto a condicionamentos do território; ⚠ Insuficiente conhecimento sobre os valores naturais ou patrimoniais locais da Arrábida por parte da comunidade em geral; ⚠ Necessidade de qualificação e valorização das acessibilidades de apoio à atividade turística; ⚠ Reduzida promoção de determinados produtos regionais (e.g. maçã Riscadinha e Camoesa); ⚠ Rede de transportes públicos insuficiente; ⚠ Falta de acessibilidade inclusiva a algum património cultural; ⚠ Fraca interligação entre operadores e promotores de atividades lúdico recreativas no espaço da Arrábida;

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA PLANO DE AÇÃO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reconhecimento do território da Reserva da Biosfera da Arrábida enquanto espaço de extensão da influência natural de áreas classificadas e habitats naturais de interesse comunitário; ➤ Reconhecimento da Reserva da Biosfera da Arrábida como possível laboratório de desenvolvimento sustentável; ➤ Potencial de apropriação por parte da comunidade em geral dos valores naturais e culturais; ➤ Pesquisas e estudos científicos sobre o património local, aumentando o conhecimento sobre o território; ➤ Estímulo à criação de projetos para proteção de habitats naturais, espécies florísticas e faunísticas; ➤ Promoção de atividades para controlo de espécies exóticas invasoras; ➤ Crescente procura por zonas associadas ao ambiente e às paisagens costeiras e rurais enquanto espaços de lazer e descanso; ➤ Possibilidades de investimento em alguns serviços relacionados com a paisagem e natureza, e a sua fruição e conservação; ➤ Desenvolvimento de atividades económicas associadas ao aproveitamento e gestão dos recursos naturais, potenciando a “economia do mar”, voltadas para a agricultura, silvicultura e para as agroindústrias e orientadas para o desenvolvimento do turismo; ➤ Tendência de valorização das componentes de turismo ativo e de natureza em harmonia com os princípios da conservação da natureza; ➤ Diversificação da oferta turística ao longo do ano; Criação de roteiro da geodiversidade com divulgação em diversos canais; ➤ Potencial articulação entre a conservação da biodiversidade e a exploração dos sistemas agrícolas, florestais e pesqueiros, de forma sustentável e com valor acrescentado; ➤ Contributo e validação da importância de proteção e reconhecimento do património genético da ovelha de raça Bordaleira; ➤ Reconhecimento do património genético da Maçã Riscadinha de Palmela e Maçã Camoesa de Sesimbra; ➤ Consolidação dos valores identitários pela comunidade local; ➤ Estabelecimento de parcerias dentro e fora da comunidade com o objetivo de dinamização do território e de mobilização da comunidade; ➤ Aproveitamento dos recursos locais para a dinamização da estrutura económica local; ➤ Promoção da agricultura e pecuária sustentável e/ ou biológica; ➤ Levantamento e divulgação das tradições locais; ➤ Mobilização da comunidade escolar para o aumento do conhecimento dos valores locais e para o desenvolvimento do sentido de pertença; ➤ Capacitação através de ações de formação, sensibilização e fóruns de discussão no seio da comunidade local; ➤ Dinamização de atividades culturais ao longo de todo o ano; ➤ Programas de financiamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ⚠ Perturbação antrópica de valores naturais; ⚠ Pressão sobre as áreas naturais por via da intensificação do fenómeno turístico; ⚠ Proliferação de espécies invasoras; ⚠ Tendência para a sazonalidade acentuada da procura turística; ⚠ Alterações climáticas e consequentes efeitos nos sistemas naturais, na agricultura e no turismo; ⚠ Fenómenos climáticos extremos, nomeadamente secas continuadas assim como temperaturas anormalmente elevadas; ⚠ Perceção e sensibilidade da população sobre a relevância da preservação da biodiversidade e consequente limitação na utilização do território e na realização de determinadas atividades; ⚠ Incêndios florestais; ⚠ Conjuntura económica nacional e internacional.

3.2 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

3.2.1 INTRODUÇÃO

O enquadramento estratégico da Reserva da Biosfera da Arrábida e das ações constantes do Plano de Ação é definido através do Quadro de Referência Estratégico (QRE) que, tendo em consideração o âmbito e a incidência territorial da candidatura, reuniu um conjunto de documentos estratégicos, planos e programas considerados relevantes nos diversos domínios. Esses documentos, listados em anexo, são de seguida apresentados sendo distinguidos entre instrumentos de gestão territorial (IGT)¹, instrumentos de ordenamento do espaço marítimo e outros planos e programas estratégicos. Nesta análise, sintetizam-se igualmente as principais orientações do QRE destacando os temas como maior relevo / incidência para a Reserva da Biosfera da Arrábida.

¹ De acordo com o RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual.

3.2.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

O **Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)** foi aprovada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, revogando a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro. Foram identificados 5 grandes Desafios Territoriais que procuram responder aos problemas de ordenamento do território apontados em fase de Diagnóstico:

- “1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável;
- 2. Promover um sistema urbano policêntrico;
- 3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial;
- 4. Reforçar a conectividade interna e externa;
- 5. Promover a governança territorial”.

Estes encontram-se subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial, das quais se destaca, face a natureza da presente candidatura, a opção 1.1. **Valorizar o capital natural, que “passa por considerar a importância de três recursos fundamentais e estratégicos para a promoção da qualidade de vida e a geração de riqueza: a água, o solo e a biodiversidade, os quais determinam a aptidão do território para produzir bens e serviços e condicionam os modelos de uso e ocupação do solo.”**

Ao nível das medidas de política estabelecidas, destacam-se também as associadas ao Domínio Natural, que apresentem maior concordância com a presente candidatura:

- “1.1 Gerir o recurso água num clima em mudança
- 1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício
- 1.3 Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial
- 1.4 Valorizar o território através da paisagem
- 1.6 Ordenar e revitalizar os territórios da floresta
- 1.7 Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática
- 1.8 Valorizar o Litoral e aumentar a sua resiliência”

O **Plano Nacional da Água (PNA)** foi aprovado através do Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, e pretende definir as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar em particular pelos planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) e os programas de medidas que lhes estão associados.

O PNA é assim um instrumento de política setorial de âmbito nacional e estratégico, constituindo os PGRH, o instrumento privilegiado para a sua implementação. Atualmente, na área da Reserva da Biosfera encontra-se em vigor o **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira (PGRH – Rh6)**, correspondente ao 3.º ciclo de planeamento e aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril. São objetivos estratégicos para a RH6:

- *“a) OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água;*
- *b) OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;*
- *c) OE3 - Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;*
- *d) OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;*
- *e) OE5 - **Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade;***
- *f) OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;*
- *g) OE7 - Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água;*
- *h) OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais;*
- *i) OE9 - Promover a gestão conjunta das bacias internacionais;*
- *j) OE10 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água.”*

O **Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)** foi aprovado pelo Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto, sendo o instrumento de gestão territorial da Área Protegida. Este plano “(...) estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão com vista a garantir a manutenção e a valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade biológica da respetiva área de intervenção”.

O POPNA tem os seguintes objetivos gerais:

- *“a) Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;*
- *b) Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, de forma sustentada;*
- *c) Corrigir os processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;*
- *d) Assegurar a participação ativa na gestão do Parque Natural da Arrábida (PNA) de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes;*
- *e) Definir modelos e regras de ocupação do território, de forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável;*
- *f) Contribuir para a implementação de uma rede de áreas marinhas protegidas;*

- *g) Promover a conservação e a valorização dos elementos naturais da região, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda da fauna, nomeadamente marinha e rupícola, da flora, nomeadamente a endémica, e da vegetação, principalmente terrestre climácica, bem como do património geológico e paisagístico;*
- *h) Promover a gestão e valorização dos recursos naturais, incluindo os marinhos, possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobreexplorados;*
- *Salvaguardar e valorizar o património arqueológico, incluindo o subaquático, e o património cultural, arquitetónico, histórico e tradicional da região;*
- *j) Contribuir para o ordenamento e disciplina das atividades agroflorestais, piscatórias, urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando o exercício de atividades compatíveis, nomeadamente o turismo de natureza, a educação ambiental e a investigação científica;*
- *k) Evitar a proliferação de construções dispersas no meio rural, impedindo o fracionamento de propriedades e potenciando as ações de emparcelamento;*
- *l) Assegurar a informação, sensibilização, formação e participação e mobilização da sociedade civil para a conservação do património natural presente.”*

Atualmente, encontra-se em curso o processo de recondução deste plano a programa. Anteriormente, o ICNF desenvolveu uma avaliação do POPNA no que respeita à coerência, à perceção, ao impacto, aos resultados, à eficácia e à eficiência.

Independentemente de a área da Reserva da Biosfera ser superior ao PNA a mesma poderá contribuir para a colmatação de um conjunto de lacunas de informação identificadas na avaliação do POPNA, de entre as quais se destacam:

- **A avaliação do estado de conservação das populações** e das áreas em que as mesmas ocorrem, permitindo a elaboração de planos e ações de conservação eficazes;
- **A realização de estudos de monitorização e estudos de avaliação** do estado das populações das espécies com estatuto de ameaça;
- A elaboração de **estudos de prospeção** de novos núcleos populacionais de flora e habitat naturais;
- **A implementação de um plano de monitorização**, vocacionado para a atualização constante do uso do solo e da paisagem para que o seu valor seja regularmente aferido;
- **O estabelecimento de parcerias** com vista ao enterramento das infraestruturas aéreas, com vista à preservação dos aglomerados e da estrutura da paisagem dada pelo reticulado do mosaico de culturas;

- O **desenvolvimento de um plano de comunicação e envolvimento de interessados**, que definirá ações que passarão: pela divulgação dos valores presentes; pela sensibilização ambiental; pela sinalização da AP e pela produção de elementos de divulgação e comunicação (folhetos, online etc.), entre outras.

Por fim, destaque para a importância dada pela avaliação do POPNA ao envolvimento da comunidade e à estreita ligação com as populações para o sucesso de qualquer ação que queira ser implementada.

O **Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE)** foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril.

A visão preconizada para este Programa é *“uma orla costeira preparada para as Alterações Climáticas e para uma fruição em segurança, com um património natural, paisagístico e cultural preservado, com um bom estado das massas de água, promotora de oportunidades de desenvolvimento suportadas na diferenciação e valorização dos recursos territoriais e na capacidade de aproveitamento competitivo e sustentável dos potenciais terrestres, marinhos e marítimos.”*

A área da Reserva da Biosfera da Arrábida encontra-se representada no Modelo Territorial do POC-ACE como “Áreas com Especial Interesse para a Conservação da Natureza e Biodiversidade”, o que reflete a riqueza ambiental e ecológica da área.

O **Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe (POC-EO)**, foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 87-A/2022, de 4 de outubro, e visa a concretização dos seguintes seis objetivos de natureza geral:

- *“i) Fruição pública em segurança do domínio público marítimo;*
- *ii) Proteção da integridade biofísica do espaço e conservação dos valores ambientais e paisagísticos;*
- **iii) Valorização dos recursos existentes na orla costeira;**
- *iv) Flexibilização das medidas de gestão;*
- *v) Integração das especificidades e identidades locais;*
- **vi) Criação de condições para a manutenção, o desenvolvimento e a expansão de atividades relevantes para o país, tais como atividades portuárias e outras atividades socioeconómicas que se encontram dependentes do mar e da orla costeira, bem como de atividades emergentes que contribuam para o desenvolvimento local e para contrariar a sazonalidade.”**

A grande maioria da área da Reserva da Biosfera da Arrábida integra o modelo territorial como “Área com Especial Interesse para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade”, que se encontra sujeita a regime de gestão previsto em instrumentos específicos.

A **Revisão do Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo** foi aprovada pela Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro, com a aprovação do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo, PROF-LVT, definindo *“para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.”* (Artigo 1.º, 1)

A área da Reserva da Biosfera da Arrábida insere-se na sub-região homogénea “Arribas – Arrábida”, que estabelece, com igual nível de prioridade, as seguintes funções gerais dos espaços florestais, às quais estarão associadas diferentes normas de silvicultura:

- *“a) Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;*
- *b) Função geral de proteção;*
- *c) Função geral de recreio e valorização da paisagem.”*
- *Por fim, o PROF LVT define também quais as espécies florestais a privilegiar, conforme listadas no Quadro seguinte:*

O **Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)** foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, tratando-se de um plano sectorial, desenvolvido a uma macro escala (1: 100 000) para o território continental.

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica do espaço Comunitário resultante da aplicação das Diretivas 79/409/CEE (Diretiva Aves) e 92/43/CEE (Diretiva Habitats), e tem por *“objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu”*.

A área da Reserva da Biosfera da Arrábida é abrangida pela Zona Especial de Conservação (ZEC) Arrábida /Espichel (PTCON0010) e pela Zona de Proteção Especial (ZPE) do Cabo Espichel (PTZPE0050).

O PSRN2000 define um conjunto alargado de orientações de gestão da ZEC, com referência aos valores naturais, que *“são dirigidas fundamentalmente para a manutenção da elevada diversidade e das características naturais que o tornam singular e que permitem albergar os valores aqui existentes”*, referindo ainda que se impõem como fundamentais as orientações de gestão que visam:

- *“Um **correto ordenamento e gestão florestal**, tendo em conta nomeadamente a manutenção dos núcleos existentes de coberto vegetal natural e seminatural e a substituição progressiva dos povoamentos florestais envelhecidos, constituídos por espécies exóticas, por plantações com espécies autóctones;*
- *O **ordenamento das práticas de pastoreio** por forma a garantir a conservação dos valores naturais em presença;*

- *Um **correto ordenamento dos usos urbano e turísticos**, acautelando a proliferação de edificação dispersa nas áreas rurais ou naturais bem como de infraestruturas;*
- *O **ordenamento das atividades e práticas de recreio e de desporto da natureza** por forma a salvaguardar os valores naturais mais vulneráveis aos impactes destas atividades;*
- *Um **correto ordenamento das atividades de extração de inertes** e a minimização dos seus principais impactes sobre os valores naturais;*
- *A proteção das linhas de água e das formações ripícolas associadas;*
- *Controlar as espécies infestantes, como o chorão (*Carpobrotus* sp.), *Ailanthus* sp., *Oxalis* sp.;*
- *A fiscalização da colheita de espécies vegetais ameaçadas.” (negrito nosso)*

Por seu turno, as orientações de gestão para a ZPE Cabo Espichel “*são dirigidas para a manutenção dos habitats das espécies migratórias de passagem e das espécies de aves que nidificam nas falésias. Neste âmbito, a gestão da ZPE deverá assegurar a manutenção do mosaico agrícola, assente em sistemas agrícolas extensivos com rotações tradicionais e a conservação dos sistemas litorais (charnecas, dunas, matos litorais e falésias). Deverá também ser garantida a preservação dos habitats marinhos, assegurando a qualidade da água e os recursos piscatórios desta região.*”

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril, define as opções estratégicas para a AML, a sua tradução num modelo territorial, as normas orientadoras, e o programa de execução e quadro de meios, acompanhados dos necessários estudos de fundamentação técnica.

A Visão Estratégica apresentada pelo PROT AML consiste em: “*Dar dimensão e centralidade europeia e ibérica à Área Metropolitana de Lisboa, espaço privilegiado e qualificado de relações euro-atlânticas, com recursos produtivos, científicos e tecnológicos avançados, um património natural, histórico, urbanístico e cultural singular, terra de intercâmbio e solidariedade, especialmente atrativa para residir, trabalhar e visitar.*”

A área da Reserva da Biosfera da Arrábida insere-se na Unidade Territorial 10 - Arrábida/Espichel/matias de Sesimbra, que inclui a serra da Arrábida, o cabo Espichel, as matias de Sesimbra, a área agrícola de Azeitão, o eixo urbano Sesimbra/Santana/lagoa de Albufeira, tendo como “*característica comum de constituírem espaços fundamentais do ponto de vista natural.*”

De facto, na definição da Rede Ecológica Metropolitana, esta área corresponde a uma área estruturante, que inclui os sítios da Rede Natura e o Parque Natural da Arrábida.

No quadro seguinte estão sintetizadas as normas/diretrizes do PROT AML, relativas à área da Reserva da Biosfera da Arrábida.

Quadro 2 - Normas e diretrizes do PROT AML

PROTAML
Orientações Territoriais para a UT 10 Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra
1.3.10.1 - Manter a Arrábida/Espichel como paisagens e zonas únicas fora das pressões urbanas.
1.3.10.2 - Estruturar e consolidar o sistema Sesimbra/Santana/lagoa de Albufeira como área urbana ligada ao turismo, recreio e lazer, garantindo que a ocupação turística seja consentânea com o interesse paisagístico, ecológico e patrimonial.
1.3.10.3 - Controlar as pressões urbanas nas matas de Sesimbra, tendo em conta o seu elevado interesse patrimonial.
Áreas Estruturantes Primárias da Rede Ecológica Metropolitana (Arrábida/ Espichel/ Matas de Sesimbra/ Lagoa de Albufeira)
2.2.2.1 - Os IPT: <ul style="list-style-type: none"> a) E os instrumentos de natureza especial devem definir modelos de uso, ocupação e classificação do solo que decorram de estudos globais para as áreas indicadas e que considerem a função ecológica destes territórios como dominante, prioritária e estruturante, garantindo que as intervenções nas áreas de fronteira e no seu interior não põem em causa a sua função dominante nem lhe diminuem ou alteram o carácter.
2.2.2.2 - As administrações central e municipal devem: <ul style="list-style-type: none"> b) Definir critérios específicos de licenciamento para as atividades de turismo, recreio e lazer que sejam compatíveis com as suas funções dominantes, estabilizadoras do sistema, garantindo sempre a sua inserção regional e ambiental.patrimonial.
Normas específicas para Áreas agrícolas, florestais, silvestres e naturais (Áreas a estabilizar – áreas naturais)
2.2.2.1 - Os IPT devem: <ul style="list-style-type: none"> a) Identificar e delimitar os recursos naturais importantes para a produção agrária, assim como os melhores solos destinados à instalação ou manutenção das atividades agrícolas e florestais, ou à manutenção de áreas no estado silvestre ou natural, no sentido de os libertar da pressão urbanística, definindo regulamentos de uso que não permitam ou promovam a alteração dos fatores fundamentais que levaram à sua inclusão naquelas categorias. Esta delimitação deve ser particularmente rigorosa nas áreas estruturantes e vitais da REM; b) Acatelar a proliferação da edificação dispersa nas áreas agrícolas, florestais ou naturais, seja com fins habitacionais de primeira ou segunda residência, sejam equipamentos ou instalações industriais ou de armazenagem. <p>Nos casos de instalações de apoio à atividade agrícola deve ser demonstrada sempre a sua imprescindibilidade para a exploração e a não existência de alternativas de localização na envolvente ou proximidade dos núcleos rurais</p>

Os **Planos Diretores Municipais de Palmela, Sesimbra e Setúbal** foram inicialmente publicados em meados da década de 90, tendo sido objeto de inúmeras retificações/suspensões e alterações, conforme identificadas no Quadro em anexo. Foram todos objeto de Alteração por Adaptação aos Programas/Planos Especiais, incluindo o POPNA, cujo conteúdo foi incorporado nos PDM.

3.2.3 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO

No que respeita aos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo, a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (LBOGEM), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, determina (artigo 7.º) que o ordenamento do espaço marítimo seja efetuado através dos planos de situação e dos planos de afetação. Apenas incide sobre a área candidata², o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para as subdivisões Continente, Madeira e Plataforma Continental Estendida (PSOEM), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro.

O PSOEM abrange todo o espaço marítimo nacional, desde as linhas de base até ao limite exterior da plataforma continental, integrando as águas interiores marítimas, o mar territorial, a zona económica exclusiva e a plataforma continental, incluindo para além das 200 milhas náuticas.

O PSOEM identifica a distribuição espacial e temporal dos usos e atividades existentes e potenciais, identificando também as áreas relevantes para a conservação da natureza, biodiversidade, os valores correspondentes ao património cultural subaquático e as redes e estruturas indispensáveis à defesa nacional, à segurança interna e à proteção civil, e promovendo a compatibilização entre usos ou atividades concorrentes.

Neste sentido, o PSOEM determina no n.º 10 da Resolução do Conselho de Ministros que *“sem prejuízo da espacialização de usos e atividades, o PSOEM, subdivisão do continente, define uma faixa de proteção a usos comuns destinada fundamentalmente a salvaguardar as atividades recreativas de turismo e a pequena pesca que ocorre ao longo da costa continental portuguesa (...)”*

Além disso, no PSOEM são apresentadas fichas para cada um dos usos e atividades privativos, ou seja, que requerem a reserva do espaço marítimo com a identificação da atual localização, áreas potenciais, boas práticas e compatibilização com outros usos e servidões/restrições administrativas, sendo que essas fichas serão atualizadas com a aprovação de Planos de Afetação.

Estes procedem à afetação de áreas e ou volumes do espaço marítimo nacional a usos e atividades não identificados no PSOEM, estabelecendo, quando aplicável, os respetivos parâmetros de utilização, e assim que aprovados, ficam integrados no plano de situação, o qual é automaticamente alterado.

² Os locais de imersão ou eliminação de dragados propostos pelo Plano de Afetação para a Imersão de Dragados – Costa Continental Portuguesa (PAID), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2023, de 10 de outubro, não incidem sobre a área candidata ou apresentam proximidade ao mesmo.

3.2.4 OUTROS TEMAS RELEVANTES - PLANOS E PROGRAMA COM ORIENTAÇÕES RELEVANTES PARA A CANDIDATURA

Sustentabilidade e Biodiversidade

Ao nível nacional, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que data de 2007, determina uma estratégia transversal para o desenvolvimento sustentável, atendendo aos domínios económico, social, ambiental e de responsabilidade social.

Ainda anterior à Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável foi aprovada, em 2001, a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que visa a conservação da natureza e da diversidade biológica, promovendo uma utilização sustentável desses recursos. Esta foi revista em 2018.

Nesta estratégia destaca-se, entre outras, a opção pela constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, que é constituída pelas áreas de Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e Domínio Público Hídrico (DPH), além do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (onde se inclui o Parque Natural da Arrábida e a Rede Natura 2000, que integram a área candidata).

Floresta

As orientações para o setor florestal datam de 2006, tendo a Estratégia Nacional para as Florestas sido atualizada em 2015, destacando-se a vertente de prevenção do risco de incêndio.

Na sequência dos incêndios de 2017, devido à severidade dos mesmos, foi aprovado o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, que atende a três grandes princípios: a aproximação da prevenção e do combate, a profissionalização e qualificação e a especialização na intervenção.

A área da Reserva da Biosfera da Arrábida é abrangida pelo Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PIDFCI (Sesimbra – Palmela - Setúbal), aprovado e publicado através do Aviso 1209/2020, de 23 de janeiro.

Destaca-se ainda, entre os IGT, a presença de um plano orientado para a gestão e ordenamento florestal, o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo, já anteriormente descrito.

Riscos e Alterações Climáticas

Ao nível nacional, são vários os Planos e Programas que apresentam uma abordagem detalhada aos riscos, como é o caso do Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território, e assinalam-se vários Planos e Programas referentes a riscos específicos, como o já referido Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais e o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica da RH6 Sado e Mira.

Intimamente associado aos riscos, assinala-se a afirmação da importância das Alterações Climáticas, que se traduz ao nível nacional pela Lei de Bases do Clima e por um conjunto de novos instrumentos que conjuntamente definem a Política Climática Nacional:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, estabelecendo *“o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica em Portugal até 2050, que se traduz num balanço neutro entre emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e o sequestro de carbono pelo uso do solo e florestas.”*
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, foi desenvolvido em articulação com os objetivos do RNC2050 e *“constitui o principal instrumento de política energética e climática nacional para a próxima década rumo a um futuro neutro em carbono (...). O PNEC 2030 estabelece metas ambiciosas, mas exequíveis, para o horizonte 2030 e concretiza as políticas e medidas para uma efetiva aplicação das orientações constantes do RNC2050 e para o cumprimento das metas definidas.”*
- A Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (prorrogada até 2025) foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, e tem como visão: *“Um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas.”* Constituem objetivos da ENAAC 2020:
 - *“I. Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;*
 - *II. Implementar medidas de adaptação;*
 - *III. Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais.”* e o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas”.
- O Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto, complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da ENAAC 2020, tendo em vista implementar medidas de adaptação aos principais impactes e vulnerabilidades identificadas em Portugal.
- Projeto PLAAC - Arrábida - O projeto concretiza-se em três Planos Locais de Adaptação às Alterações Climáticas nos municípios de Setúbal, Palmela e Sesimbra, que têm como objetivo preparar o Território Arrábida para enfrentar o desafio das alterações climáticas identificando vulnerabilidades, reduzindo riscos e impactos e promovendo a sua adaptação e resiliência. O PLAAC – Arrábida

define e prioriza as medidas de adaptação às alterações climáticas a curto, médio e longo prazo, criando ferramentas de apoio para a assistência à população e o ordenamento do território.

Turismo e Paisagem

O Turismo é orientado pela Estratégia para o Turismo 2027 (ET 27), que identifica linhas de atuação prioritárias que devem nortear as decisões de política pública e as opções de investimento para o Turismo na próxima década. Destacam-se, pela sua relação com o Ordenamento do Território, as linhas de atuação prioritária referentes ao eixo estratégico “Valorizar o Território”, que visam a valorização, preservação e promoção do património histórico-cultural, da orla costeira e economia do mar, das áreas protegidas e das cidades e regiões (através da regeneração urbana).

Assinala-se ainda a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP), aprovada em 2015, que visa potenciar a arquitetura e a paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento do País, também ao nível local, propondo um conjunto de medidas estratégia e coordenação, medidas legislativas e de regulação e medidas de informação, sensibilização e educação.

4

VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS

A singularidade do território que compõe a Reserva da Biosfera da Arrábida, sustenta-se na riqueza e diversidade de património natural (um dos principais ecossistemas nacionais, com múltiplos habitats e espécies únicas à escala nacional/ internacional, em diversos meios – terrestre, marinho e costeiro) e do mosaico relacional e da convivência harmoniosa que estabelece com as comunidades humanas e com as atividades económicas tradicionais, que ao longo dos séculos aqui se foram desenvolvendo e que concorrem para a sua identidade e diferenciação.

O uso e a exploração sustentável dos recursos endógenos, podem e devem assumir um papel potenciador de desenvolvimento regional e local, se experienciadas e adotadas as melhores práticas nacionais/internacionais e se se melhorar o envolvimento das múltiplas partes interessadas (populações, produtores, entidades públicas e privadas, ...). A co-construção de uma estratégia ambiciosa e virtuosa e a co-responsabilização pela prossecução de uma abordagem operacional eficaz, potenciada pelo estabelecimento de parcerias inovadoras e agregadoras de interesses territoriais e setoriais, é um dos fatores-críticos de sucesso que já foi possível gerar e que se espera incrementar no futuro, com ganhos de eficácia para a sustentabilidade ecológica, socioeconómica e cultural deste território.

Conservar, valorizar e promover o território proposto a Reserva da Biosfera, enquanto espaço laboratorial de aprendizagem e de ensinamento de boas práticas, às múltiplas escalas, permitirá não apenas o reconhecimento internacional, mas sobretudo assumir este território como um exemplo, como uma referência de como é possível proteger e salvaguardar os ecossistemas, os habitats e as espécies naturais e os valores paisagísticos e, simultaneamente, de forma coerente e eficaz, desenvolver as atividades económicas tradicionais e assegurar a permanência das populações e a vivência comunitária em equilíbrio com a natureza.

A harmonia a estabelecer entre as comunidades humanas, as atividades económicas tradicionais e os ecossistemas naturais é (e será) uma imagem de marca deste território, que se espera projetar como exemplo demonstrativo da capacidade de as Reservas da Biosfera assumirem um papel central e diferenciador nas desejáveis mudanças à escala mundial, em termos da promoção da sustentabilidade.

Enquanto laboratório vivo de sustentabilidade, a Reserva da Biosfera da Arrábida experienciará um desenvolvimento sustentável, suportado num maior conhecimento, nos avanços e na aplicação da ciência, na inovação da resposta e nos esforços e

proatividade das comunidades locais, para reduzir a perda da biodiversidade e para potenciar o dinamismo económico neste território.

As iniciativas de conservação e valorização do património natural a desenvolver e a utilização sustentável dos recursos endógenos a ensaiar e, posteriormente, a partilhar e promover internacionalmente, irão conferir um enorme protagonismo e visibilidade/reconhecimento à Reserva da Biosfera da Arrábida. Acresce que a cooperação, a colaboração e a coresponsabilização entre as populações e os atores-chave na prossecução da abordagem estratégia e operacional, reforçará a identidade e o sentimento de pertença a este território, dimensão fundamental para garantir a permanência das populações, das atividades tradicionais e das vivências comunitárias.

Neste quadro, é possível aliar à função conservacionista (dos ecossistemas, das paisagens, dos habitats e das espécies), a função económica (social e culturalmente sustentável) e a função logística (capacitação, sensibilização, produção e divulgação de conhecimento), compondo um mosaico consolidado e complementar de sistemas representativos e potenciadores do território Arrábida.

Potenciar a elevada relevância biogeográfica promovendo a sua conservação e valorização: peculiaridade e diversidade botânica; grande diversidade de habitats e plantas de elevado valor conservacionista, incluindo dois endemismos exclusivos; existência de mais de um milhar de espécies, na área marinha, incluindo de elevada importância económica, como a lagosta (*Panulirus argus*) e a santola (*Maja squinado*); presença de pradarias de plantas marinhas do género *Zostera*, uma raridade à escala mundial e, simultaneamente, aproveitar e potenciar a riqueza da intervenção humana ao longo de séculos neste território, explorando e demonstrando abordagens inovadoras de desenvolvimento sustentável, é a base de sustentação da estratégia a prosseguir.

Assim, em termos gerais, os **princípios orientadores** para a Reserva da Biosfera da Arrábida passam pela compatibilização dos valores naturais e do património histórico-cultural com as atividades económicas locais, potenciando a gestão sustentável e participada do território e a valorização dos recursos existentes e, simultaneamente, contribuindo para a permanência e a melhoria do bem-estar das populações.

Para alcançar uma imagem de território de (e com) futuro, em que as realidades e dinâmicas socioeconómicas serão sustentáveis, em que os ecossistemas serão salvaguardados e valorizados, num contexto de envolvimento e participação ativa das comunidades locais e dos principais atores territoriais e setoriais, a **visão** preconizada pode ser sistematizada na frase seguinte:

Arrábida, um território singular e de aprendizagens, onde o virtuoso aproveitamento do capital natural e humano em consonância com a conservação e valorização dos valores em presença concorrem para experienciar soluções inovadoras no equilíbrio entre o Homem e a Natureza para assegurar um futuro sustentável.

Enquanto Reserva da Biosfera a **missão** a prosseguir passa, sobretudo, por potenciar o quadro de pontos fortes e oportunidades e encontrar as melhores soluções para ultrapassar o quadro de pontos fracos e ameaças associadas aos seus ecossistemas, habitats e espécies, mas também à permanência das populações e à manutenção das atividades económicas tradicionais. Assim, num contexto marcado por um amplo mosaico de singularidades é fundamental assegurar a criação de condições para desenvolver uma estratégia multidimensional (ambiental, cultural e patrimonial), que concorra para o progresso e para a prosperidade, mas assegurando o uso e a exploração sustentável dos recursos e a conservação e salvaguarda dos habitats e espécies ameaçadas. Assim, a missão a prosseguir passa por:

Afirmar a Arrábida como laboratório vivo onde os ecossistemas naturais e as atividades sociais e económicas coabitam de forma harmoniosa e sustentável;

Preservar a Arrábida pela forma como são praticadas as atividades económicas tradicionais e explorados os recursos endógenos e como são envolvidas as comunidades locais;

Potenciar a Arrábida como exemplo da forma de viver e de fruir o território, baseado na partilha de tradições, de valores e de condutas responsáveis como herança para o futuro.

Para o cumprimento desta missão mobilizadora e considerando as áreas prioritárias de intervenção para a sua concretização são preconizados um conjunto de objetivos

gerais, que integram as funções centrais das Reservas da Biosfera (conservação, desenvolvimento económico e apoio logístico). Num quadro de especificidades e potencialidades da Arrábida, que a marcam e diferenciam à escala internacional, e atendendo aos constrangimentos ao seu desenvolvimento e à sua sustentabilidade, estes **objetivos gerais** estão perfeitamente alinhados e coerentes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Neste contexto, foram definidos como objetivos gerais da Reserva da Biosfera da Arrábida:

- Conservar e valorizar os valores e os recursos naturais que compõem a biodiversidade e a geodiversidade (terrestre e marinha) neste território e concorrem para a sua singularidade e relevância internacional;
- Compatibilizar a restauração e a valorização dos ecossistemas, com o desenvolvimento das atividades económicas tradicionais (e os serviços associados);
- Promover a preservação e a valorização do património natural e cultural, potenciando o desenvolvimento sustentável da Reserva e a utilização sustentável dos recursos naturais;
- Contribuir para o desenvolvimento da economia local, através do estímulo às atividades tradicionais e à qualidade dos produtos regionais, valorizando o trabalho local, a economia baseada em tradições, a partilha de conhecimento e de boas práticas;
- Promover um “laboratório vivo” de desenvolvimento sustentável, onde se possam experienciar e desenvolver soluções inovadoras para os desafios da economia verde, do aumento da eficiência no uso dos recursos naturais, da redução dos riscos ambientais, da interferência humana desordenada no ambiente, da perda de biodiversidade e de variabilidade genética;
- Fomentar a produção e intercâmbio de conhecimento, envolvendo a comunidade científica e outros atores institucionais;
- Promover a capacitação e a sensibilização da sociedade civil e dos principais atores territoriais e setoriais, para a educação ambiental e para a preservação e valorização dos recursos endógenos;

- Promover o conhecimento e o desenvolvimento de abordagens inovadoras de ação climática, num contexto marcado pelos efeitos das alterações climáticas e da necessidade de descarbonizar a economia;
- Promover uma participação ativa na gestão do território, integrando a comunidade local na assunção e prossecução dos objetivos estratégicos e reforçando a identidade e o sentido de pertença à Reserva;
- Reforçar o protagonismo e a visibilidade/reconhecimento das Reservas da Biosfera como espaços centrais e diferenciadores, em termos da promoção da sustentabilidade e no equilíbrio entre necessidade de conservar os habitats e as espécies e promover o dinamismo económico e potenciar a presença humana;
- Contribuir para uma sociedade mais saudável, equitativa e próspera.

5

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

5.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA RESERVA DA BIOSFERA DA ARRÁBIDA

Nos objetivos estratégicos são concretizados os objetivos gerais anteriormente sinalizados. Neste quadro, foram definidos os seguintes Objetivos Estratégicos:

- **Objetivo Estratégico A.** Conservação e valorização: um património natural singular;
- **Objetivo Estratégico B.** Promoção e fruição: um território por descobrir de forma sustentável;
- **Objetivo Estratégico C.** Educação e conhecimento: um território de referência para o Desenvolvimento Sustentável;
- **Objetivo Estratégico D.** Ação climática: um território proativo e resiliente aos desafios climáticos;
- **Objetivo Estratégico E.** Participação e identidade: um território de gestão participada.

Nos próximos subpontos são descritos os Objetivos Estratégicos apresentados nos respetivos Objetivos Específicos. Complementarmente é apresentada o enquadramento destes objetivos:

- Na análise SWOT desenvolvida;
- Nos Objetivos Gerais;
- No QRE;
- Nas 5 Áreas de Ação Estratégica do Plano de Ação de Lima;
- Nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No capítulo 6 são descritas as diversas ações associadas a cada um dos Objetivos Específicos.

5.2

OBJETIVO ESTRATÉGICO A - CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO: UM PATRIMÓNIO NATURAL SINGULAR

A Reserva candidata contempla uma elevada diversidade de ecossistemas e alberga vários tipos ou representantes de habitats terrestres, costeiros e marinhos, listados no Anexo I da Diretiva Habitats (Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio). Na ZEC Arrábida/ Espichel, cuja área se sobrepõe em 83,5% da área da Reserva da Biosfera, são conhecidos 42 tipos de habitats com presença significativa, a grande maioria típica de solos derivados de rochas básicas.

Atendendo à cobertura e distribuição em território nacional, bem como ao seu grau de conservação, isolamento, raridade e sensibilidade na área em causa, considera-se que este território é relevante para atingir (ou, em determinados casos, manter) o estado de conservação favorável para 12 tipos de habitats, 10 espécies de flora e 3 espécies de fauna. São estes os valores alvo que devem ser considerados na função de conservação da Reserva da Biosfera.

Este Objetivo Estratégico é dividido nos seguintes Objetivos Específicos:

- Objetivo Específico
 - A1. Conservação e valorização da biodiversidade;
- Objetivo Específico
 - A2. Conservação e valorização da geodiversidade.

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

Quadro 3 - Relação do Objetivo Estratégico A, com a Análise SWOT, o QRE, os ODS e as áreas de ação Estratégica do Plano de Lima

	Objetivo estratégico A - Conservação e valorização: um património natural singular
<p>SWOT</p> <p>➤ Pontos Fortes e Oportunidades</p> <p>➤ Pontos Fracos e Ameaças</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de áreas definidas e delimitadas dedicadas à proteção e conservação da natureza no território do Parque Natural da Arrábida/ Zona Especial de Conservação Arrábida/Espichel/ Zona de Proteção Especial Cabo Espichel ➤ Tipologia diversificada das áreas de proteção e conservação natural, o que reflete a variedade de espaços que confluem para este território enquanto fatores diferenciadores ➤ Elevado valor de património natural, com interesse científico muito significativo, caracterizado pelo sua singularidade, riqueza de espécies e endemismos, e geodiversidade ➤ Paisagem excecional conferida pelo carácter único de um mosaico de paisagens onde é marcante o contraste entre a serra e o mar, a justaposição de escarpas rochosas e água cristalina, de encostas impressionantes e praias acolhedoras, a combinação de matas densas e vales repousantes, o impacto da morfologia visível e a surpresa de grutas cársicas existentes ➤ Existência de áreas de reduzida presença humana e pressão antrópica que correspondem a áreas de elevada riqueza biológica e ecológica ➤ Reconhecimento do território da Reserva da Biosfera da Arrábida enquanto espaço de extensão da influência natural de áreas classificadas e habitats naturais de interesse comunitário ➤ Promoção de atividades para controlo de espécies exóticas invasoras ➤ Inacessibilidade de alguns valores biológicos importantes (arribas e escarpas) ➤ Acentuada permeabilidade do território da Reserva ➤ Perturbação antrópica de valores naturais ➤ Proliferação de espécies invasoras
OBJETIVOS GERAIS	<p>Conservar e valorizar os valores e os recursos naturais que compõem a biodiversidade e a geodiversidade (terrestre e marinha) neste território e concorrem para a sua singularidade e relevância internacional.</p> <p>Compatibilizar a restauração e a valorização dos ecossistemas, com o desenvolvimento das atividades económicas tradicionais (e os serviços associados).</p>
QRE	<p>POPNA e Avaliação do POPNA</p> <p>PSRN2000</p> <p>PNA / PGRH</p> <p>POC</p> <p>ENDS</p>
ODS	<p>Objetivo 15: Proteger a vida terrestre – Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade</p> <p>Objetivo 14: Proteger a vida marinha – Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</p>
Áreas de Ação Estratégica Plano de Ação de Lima	<p>A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável</p>

5.3

OBJETIVO ESTRATÉGICO B - PROMOÇÃO E FRUIÇÃO: UM TERRITÓRIO POR DESCOBRIR DE FORMA SUSTENTÁVEL

A Reserva da Biosfera da Arrábida consiste num território onde coexistem um conjunto de atividades económicas de entre as quais se destacam a pastorícia, agricultura, com particular destaque para o cultivo de vinha; produção de vinho, queijo e mel; pesca; turismo de natureza e prática de atividades de animação ambiental.

Neste território, existe um conjunto de produtos de grande qualidade e a maioria com certificação DOP como sejam: i. o queijo de Azeitão, queijo curado de pasta semi-mole, obtido a partir do leite cru das ovelhas que fazem o seu pastoreio na Arrábida; ii. os vinhos da região demarcada da Península de Setúbal, cujas vinhas se situam principalmente em Palmela e Setúbal, e dos quais, um dos mais relevantes é o vinho Moscatel; iii. o mel da Arrábida, com origem no pólen que as abelhas recolhem no alecrim, uma das muitas plantas aromáticas que caracterizam a flora da Arrábida; iv. o pão produzido em Sesimbra e Palmela, com farinha ainda proveniente da moagem dos moinhos locais e cozidos em forno a lenha e a doçaria conventual e tradicional, como as tortas de Azeitão, as fogaças de Palmela e a farinha torrada de Sesimbra. Releva a presença do Mercado do Livramento, galardoado em 2015 com um dos melhores mercados de peixe do mundo pelo jornal USA Today, o que realça a importância da qualidade do peixe e dos produtos em geral, desta região.

O território da Reserva da Biosfera tem vindo a crescer como destino turístico e de lazer de qualidade assente principalmente no seu património natural. A náutica de recreio, o mergulho, o *snorkeling*, o *coasteering*, o *stand up paddle*, o caiaque, a escalada e o pedestrianismo, são as atividades mais representativas deste território, a par do turismo de praia e associado à gastronomia e produtos regionais.

Os valores e recursos naturais e culturais em presença neste território conferem-lhe um elevado potencial para a promoção de um desenvolvimento sustentável, assente na promoção de atividades económico-tradicionais de base regional. Assim, o contacto e a relação das vivências e das atividades ocorridas entre o solo urbano e o solo rústico, com respeito pela integração e valorização do património natural, cultural e paisagístico e a requalificação e regeneração dos espaços de elevado valor ambiental é elemento fundamental da presente candidatura, que se pretende aprofundar e preservar. Neste quadro, são 4 os Objetivos Específicos a prosseguir:

- Objetivo Específico B1. Promoção do território e criação de condições para a visita sustentável;
- Objetivo Específico B2. Reforço do papel da atividade turística na base económica local/regional;
- Objetivo Específico B3. Desenvolvimento das atividades tradicionais enquanto ativos da economia regional;
- Objetivo Específico B4. Promoção de uma economia sustentável e da alimentação saudável.

Quadro 4 - Relação do Objetivo Estratégico B, com a Análise SWOT, o QRE, os ODS e as áreas de ação Estratégica do Plano de Lima

	Objetivo Estratégico B - Promoção e fruição: um território por descobrir de forma sustentável
<p>SWOT</p> <p>➤ Pontos Fortes e Oportunidades</p> <p>➤ Pontos Fracos e Ameaças</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elevado valor do património material e imaterial, com interesse turístico, educativo e científico, com destaque para o património histórico-cultural ➤ Forte identidade associada à terra e ao mar ➤ Património natural e paisagístico de reconhecida qualidade e valor singular, com elevado potencial em concretização para desportos de natureza, turismo de natureza e outros como contemplação; ➤ Oferta de produtos e serviços associados ao turismo ativo e de natureza; ➤ Ampla oferta comercial e turística baseada em produtos regionais, mormente o queijo de Azeitão, queijo da Azóia, os vinhos, o Moscatel, o mel, os produtos agrícolas, e o pescado. ➤ Afirmação de algumas produções ligadas ao setor agropecuário, em particular a produção de vinho e do Queijo de Azeitão com Denominação de Origem Protegida (DOP) ➤ Elevada procura por parte de visitantes e de turistas, grande parte para turismo ativo e de natureza ➤ Existência de uma Rede de Percursos Pedestres do PNA, materializada num guia de campo e site próprio ➤ Valores históricos e culturais com potencial para qualificação e valorização (por exemplo, naufrágios) ➤ Crescente procura por zonas associadas ao ambiente e às paisagens costeiras e rurais enquanto espaços de lazer e descanso ➤ Possibilidades de investimento em alguns serviços relacionados com a paisagem e natureza, e a sua fruição e conservação ➤ Desenvolvimento de atividades económicas associadas ao aproveitamento e gestão dos recursos naturais, potenciando a “economia do mar”, voltadas para a agricultura, silvicultura e para as agroindústrias e orientadas para o desenvolvimento do turismo ➤ Tendência de valorização das componentes de turismo ativo e de natureza em harmonia com os princípios da conservação da natureza ➤ Diversificação da oferta turística ao longo do ano ➤ Aproveitamento dos recursos locais para a dinamização da estrutura económica local ➤ Promoção da agricultura e pecuária sustentável e/ou biológica ➤ Fácil acesso a locais com importância florística, como as arribas, no âmbito de atividades desportivas e recreativas como escalada ou rappel ➤ Necessidade de qualificação e valorização de infraestruturas de apoio à atividade turística ➤ Pressão sobre as áreas naturais por via da intensificação do fenómeno turístico ➤ Tendência para a sazonalidade acentuada da procura turística
OBJETIVOS GERAIS	<p>Promover a preservação e a valorização do património natural e cultural, potenciando o desenvolvimento sustentável da Reserva e a utilização sustentável dos recursos naturais.</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento da economia local, através do estímulo às atividades tradicionais e à qualidade dos produtos regionais, valorizando o trabalho local, a economia baseada em tradições, a partilha de conhecimento e de boas praticas.</p>
QRE	<p>PNPOT</p> <p>POPNA e avaliação do POPNA</p> <p>ET27</p> <p>PNAP</p> <p>PROT AML</p> <p>ENDS</p>
ODS	<p>Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis</p> <p>Objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis – Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis</p>
Áreas de Ação Estratégica Plano de Ação de Lima	<p>B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera</p> <p>D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente</p>

5.4 OBJETIVO ESTRATÉGICO C - EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO: UM TERRITÓRIO DE REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na área da Reserva da Biosfera da Arrábida existem centros interpretativos e centros de memórias muito relevantes, dos quais se destacam o Centro Interpretativo do Roaz Corvineiro, em Setúbal; o projetado Centro Interpretativo da Arrábida (em fase de implantação), em Sesimbra; os centros de memórias do Museu Municipal de Palmela e do Museu Municipal de Sesimbra.

Em relação ao trabalho educativo, que corresponde aos objetivos de uma Reserva da Biosfera, além das escolas, estão presentes no território associações e ONGA com protocolos assinados com as autarquias, das quais se destacam a Liga para a Proteção da Natureza, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, a Associação Portuguesa de Lixo Marinho, o Núcleo de Espeleologia da Costa Azul e a Ocean Alive, entre outras, bem como os serviços educativos dos museus. A sensibilização constante, juntamente com a monitorização do seu trabalho, levada a cabo pelas autarquias e pelo ICNF, dos agentes económicos, associativos e desportivos também cria uma comunidade com intervenção educativa, quer junto dos residentes, quer junto do visitante sazonal.

Ao nível escolar, programas como o Eco-Escolas (*Foundation for Environmental Education*) e a Escola Azul, apoiados pelas autarquias, constituem uma base de atividades relacionadas com o ambiente disponibilizadas às escolas inscritas, além das inúmeras iniciativas de sensibilização realizadas pelas próprias autarquias abertas à comunidade, como plantações de árvores, as hortas comunitárias e os projetos EcoFamílias e EcoEmpresas.

Foram definidos os seguintes Objetivos Específicos:

- Objetivo Específico C1. Dinamização de uma rede de parcerias para o desenvolvimento de ações de sensibilização da comunidade em geral;
- Objetivo Específico C2. Criação de um programa científico específico com vista à criação/densificação de conhecimento sobre a Reserva da Biosfera;
- Objetivo Específico C3. Desenvolvimento e implementação de Programa Ciência na Reserva, direcionado para a comunidade educativa local/regional.

Quadro 5 - Relação do Objetivo Estratégico C, com a Análise SWOT, o QRE, os ODS e as áreas de ação Estratégica do Plano de Lima

	Objetivo estratégico C - Educação e conhecimento: um território de referência para o Desenvolvimento Sustentável
<p>SWOT</p> <p>➤ Pontos Fortes e Oportunidades</p> <p>➤ Pontos Fracos e Ameaças</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Presença das atividades seculares de pesca artesanal com especial foco em Sesimbra e Setúbal, mantendo vivas e em desenvolvimento tradições gastronómicas e culturais em torno do uso comum do mar e dos seus recursos ➤ Número significativo de produtos regionais da Arrábida ➤ Existência de agentes locais com capacidade de iniciativa e de intervenção em áreas específicas de atuação e na dinamização do território ➤ Existência de uma boa rede de infraestruturas de suporte ao desenvolvimento de atividades, e gestão do território, na área da Reserva (ex: Museu Marítimo de Sesimbra) ➤ Reconhecimento da RB da Arrábida como possível laboratório de desenvolvimento sustentável ➤ Pesquisas e estudos científicos sobre o património local, aumentando o conhecimento sobre o território ➤ Estímulo à criação de projetos para proteção de habitats naturais, espécies florísticas e faunísticas ➤ Contributo e validação da importância de proteção e reconhecimento do património genético da ovelha de raça Bordaleira ➤ Reconhecimento do património genético da Maçã Riscadinha de Palmela e Maçã Camoesa ➤ Recolha e divulgação das tradições locais ➤ Mobilização da comunidade escolar no aumento do conhecimento dos valores locais e desenvolvimento do sentido de pertença ➤ Capacitação através de ações de formação, sensibilização e fóruns de discussão no seio da comunidade local ➤ Falta de conhecimento e/ ou sensibilização de alguns estratos da comunidade (ex. proprietários, visitantes no âmbito de pesca) quanto a condicionamentos do território ➤ Insuficiente conhecimento sobre os valores naturais ou patrimoniais locais da Arrábida por parte da comunidade em geral ➤ Reduzida promoção de determinados produtos regionais (e.g. maçã Riscadinha e Camoesa) ➤ Falta de apropriação do território Arrábida como recurso pedagógico pela comunidade educativa
OBJETIVOS GERAIS	Promover um “laboratório vivo” de desenvolvimento sustentável, onde se possam experienciar e desenvolver soluções inovadoras para os desafios da economia verde, do aumento da eficiência no uso dos recursos naturais, da redução dos riscos ambientais, da interferência humana desordenada no ambiente, da perda de biodiversidade e de variabilidade genética.
QRE	POPNA E Avaliação do POPNA PNPOT ENDS
ODS	Objetivo 4: Educação de qualidade – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Áreas de Ação Estratégica Plano de Ação de Lima	C - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente

5.5 OBJETIVO ESTRATÉGICO D - AÇÃO CLIMÁTICA: UM TERRITÓRIO PROATIVO E RESILIENTE AOS DESAFIOS CLIMÁTICOS

Ao longo da última década, a ocorrência cada vez mais regular e intensa de eventos climáticos extremos, com significativos impactes, aumentou a visibilidade das alterações climáticas e permitiu uma maior compreensão sobre as suas múltiplas implicações sobre os sistemas ambientais, sociais, económicos. Esta realidade tem sido acompanhada, ao nível global, europeu, nacional, regional e até local, não só pelo aprofundamento da investigação científica, liderada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado em 1988 no âmbito das Nações Unidas (ONU), como pelo reforço dos instrumentos de política climática, que vão da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), aos planos municipais.

Efetivamente são vários os instrumentos de política que versam sobre esta matéria, sucintamente apresentados no QRE (capítulo 3.3) destacando-se aqui a Visão da ENAAC 2020 que aponta para *“Um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas”*.

O Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas do território Arrábida PLAAC – Arrábida, tem origem num processo participativo de elaboração dos Planos Locais de Adaptação às Alterações Climáticas dos municípios de Setúbal, Palmela e Sesimbra com o objetivo de preparar o Território Arrábida para enfrentar o desafio das alterações climáticas identificando as vulnerabilidades e reduzindo os riscos e impactos, promovendo assim a sua adaptação e resiliência. A sua elaboração envolveu diversas sessões com os atores chave da comunidade local, num trabalho conjunto de auscultação pública.

A abordagem política tem-se centrado, a um tempo, na diminuição dos fatores de forçamento das alterações climáticas, ou seja, na redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), a um segundo tempo, na preparação dos territórios, comunidades e atividades para mitigar os impactes, que são diversos e sectorialmente transversais. A redução da vulnerabilidade na Arrábida aos efeitos negativos das alterações climáticas, reduzindo desde logo a exposição de pessoas, atividades e habitats aos riscos climáticos é determinante.

Neste quadro, foram definidos os seguintes Objetivos Específicos:

- Objetivo Específico D1. Promoção do conhecimento e apoio ao desenvolvimento de abordagens inovadoras de monitorização, mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas.
- Objetivo Específico D2. Divulgação de boas práticas locais de Ação Climática.
- Objetivo Específico D3. Afirmação da Reserva da Biosfera como espaço de aprendizagem na resposta aos desafios climáticos.

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

Quadro 6 - Relação do Objetivo Estratégico D, com a Análise SWOT, o QRE, os ODS e as áreas de ação Estratégica do Plano de Lima

Objetivo Estratégico D - Ação climática: um território proativo e resiliente aos desafios climáticos	
<p>SWOT</p> <p>➤ Pontos Fortes e Oportunidades</p> <p>➤ Pontos Fracos e Ameaças</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Alterações climáticas e consequentes efeitos nos sistemas naturais, agricultura e turismo ➤ Incêndios florestais ➤ Fenómenos climáticos extremos, nomeadamente secas intensas e continuadas assim como temperaturas anormalmente elevadas
OBJETIVOS GERAIS	Promover o conhecimento e o desenvolvimento de abordagens inovadoras de ação climática, num contexto marcado pelos efeitos das alterações climáticas e da necessidade de descarbonizar a economia
QRE	<p>PNEC2030</p> <p>RNC2050</p> <p>ENAAAC 2020</p> <p>P-3AC</p> <p>ENDS</p> <p>PROF</p>
ODS	Objetivo 13: Ação climática – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
Áreas de Ação Estratégica Plano de Ação de Lima	<p>A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável;</p> <p>B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera</p>

5.6

OBJETIVO ESTRATÉGICO E - PARTICIPAÇÃO E IDENTIDADE: UM TERRITÓRIO DE GESTÃO PARTICIPADA

No campo cultural, o território da Arrábida está fortemente marcado pelas tradições, mantendo ao longo dos séculos os círios, por terra e por mar, como o Círio da Arrábida e do Cabo Espichel e a Festa das Vindimas, em Palmela, entre outros eventos ligados aos santos padroeiros das várias atividades tradicionais e outros eventos populares de verão. Também os Castelos de Sesimbra e Palmela e o Forte de S. Filipe, em Setúbal, se constituem como marcos de grande interesse histórico e de visitação da região.

Várias são as manifestações que atestam a identidade da Área da Reserva da Biosfera, de entre estas, destacam-se como exemplos mais emblemáticos: i. a festa em honra de Nossa Senhora do Cabo, que decorre nos meses de agosto e setembro, pelos círios de Sesimbra e Palmela; ii. a procissão do Senhor das Chagas, padroeiro dos pescadores de Sesimbra; iii. a celebração marítima alusiva a Nossa Senhora de Troia; iv. a Festa da Escudeira; v. a romaria a El Carmen, em plena serra; vi. a festa a Todos os Santos, na Quinta do Anjo; vii. as festas de S. Gonçalo, em Cabanas; viii. a Festa do Senhor Jesus das Chagas, em Sesimbra; ix os círios, em honra da Senhora da Arrábida.

As manifestações culturais associadas à Arrábida – a religiosidade popular, assim como as artes de saber fazer ligadas à agricultura, à pesca, à pastorícia, à gastronomia constituem um património vivo, com reconhecimento internacional e que traduzem uma longa diacronia ocupacional do território, que dão sentido a uma longa tradição cultural. Trata-se de um legado cultural ativo, usado e exercido na área candidata. A Arrábida revela-se uma unidade orgânica, interdependente, em que o património natural e cultural, material e imaterial, se encontram inquestionavelmente ligados.

Toda a região mantém uma identidade, bem como o potencial para a manutenção do desenvolvimento equilibrado que tem adotado. Toda a estratégia económica e turística se baseia nas fruições de várias ordens que a serra e o mar proporcionam. Tal facto permite afirmar a Arrábida como um território de excelência e um laboratório vivo de sustentabilidade, pelo que se quer agora, por vontade própria, definir como Reserva da Biosfera, valorizando esta integração entre atividades e natureza e o seu papel ativo no desenvolvimento sustentável para as gerações vindouras.

Neste quadro, foram definidos os seguintes Objetivos Específicos:

- Objetivo Específico E1. Aproximação e envolvimento ativo da população, comunidade local e visitantes;
- Objetivo Específico E2. Integração plena na Rede Nacional e nas redes temáticas e regionais de Reservas da Biosfera.
-

Quadro 7 - Relação do Objetivo Estratégico E, com a Análise SWOT, o QRE, os ODS e as áreas de ação Estratégica do Plano de Lima

	Objetivo Estratégico E - Participação e identidade: um território de gestão participada
<p>SWOT</p> <p>➤ Pontos Fortes e Oportunidades</p> <p>➤ Pontos Fracos e Ameaças</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Potencial de apropriação por parte da comunidade em geral dos valores naturais e culturais ➤ Criação de roteiro da geodiversidade com divulgação em diversos canais ➤ Potencial articulação entre a conservação da biodiversidade e a exploração dos sistemas agrícolas, florestais e pesqueiros, de forma sustentável e com valor acrescentado ➤ Consolidação dos valores identitários pela comunidade local ➤ Estabelecimento de parcerias dentro e fora da comunidade com o objetivo de dinamização do território e mobilização da comunidade ➤ Dinamização de atividades culturais ao longo de todo o ano ➤ Programas de financiamento ➤ Falta de acessibilidade inclusiva a algum património cultural ➤ Fraca interligação entre operadores promotores de atividades lúdico recreativas no espaço da Arrábida ➤ Perceção e sensibilidade da população sobre a relevância da preservação da biodiversidade e consequente limitação na utilização do território e na realização de determinadas atividades
<p>OBJETIVOS GERAIS</p>	<p>Promover uma participação ativa na gestão do território, integrando a comunidade local na assunção e prossecução dos objetivos estratégicos e reforçando a identidade e o sentido de pertença à Reserva</p> <p>Reforçar o protagonismo e a visibilidade/reconhecimento das Reservas da Biosfera como espaços centrais e diferenciadores, em termos da promoção da sustentabilidade e no equilíbrio entre necessidade de conservar os habitats e as espécies e promover o dinamismo económico e potenciar a presença humana</p> <p>Fomentar a produção e intercâmbio de conhecimento, envolvendo a comunidade científica e outros atores institucionais</p>
<p>QRE</p>	<p>POPNA e Avaliação do POPNA</p> <p>ENDS</p> <p>PROT AML</p> <p>PDM (3)</p>
<p>ODS</p>	<p>Objetivo 17: Parcerias para a implementação dos objetivos – Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável)</p>
<p>Áreas de Ação Estratégica Plano de Ação de Lima</p>	<p>C - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera;</p> <p>D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente;</p> <p>E - Governança efetiva do programa MaB, da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas</p>

6 MATRIZ DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DE ARRÁBIDA (2023 - 2033) POR OBJETIVOS TEMÁTICOS

OBJETIVO A. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO: UM PATRIMÓNIO NATURAL SINGULAR

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	PERÍODO EXECUÇÃO	INDICADORES MONITORIZAÇÃO
A1. Conservação e valorização da biodiversidade	A1.1. Promover e apoiar a realização de estudos científicos que permitam monitorizar a evolução dos habitats e das espécies da Reserva (em meio terrestre e marinho), com particular atenção aos que se encontram sob ameaça ao nível local ou nacional (p.e. Pradarias marinhas, Águia bonelli, <i>Convolvulus fernandesii</i> e <i>C. lineatus</i> , entre outros)	Entidade gestora da RB	2025-2035	Espécies e habitats alvo de monitorização (n.º); Estudos executados (n.º); Estudos apoiados (n.º)
	A 1.2. Desenvolver e executar um plano de controlo de invasoras na área da RB, nomeadamente a erradicação das <i>Acacia spp.</i> , dos <i>carpobrotus edulis</i> , <i>cortaderia selloana</i> e <i>arundo donax</i> , entre outros.	Entidade gestora da RB, Comissão Científica e parceiros relevantes	Plano realizado entre 2024-2025; Execução entre 2026-2030	Planos elaborados (n.º); área alvo de ações de erradicação de invasoras (ha); Ações de irradiação de invasoras executadas (n.º); Parceiros
	A1.3. Executar ações de intervenção e restauro de habitats, nomeadamente as identificadas no Plano de Gestão da ZEC Arrábida/ Espichel, através do estabelecimento e integração em parcerias locais/regionais (comunidade científica, ONGA, proprietários, entre outros).	Entidade gestora da RB e parceiros relevantes.	2025-2030	Ações de intervenção e restauro de habitats (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
A2. Conservação e valorização da geodiversidade	A2.1. Desenvolver ações de proteção e valorização que permitam reforçar o registo dos valores geodiversos da Reserva na lista nacional de Geosítios.	Entidade Gestora da RB e parceiros relevantes, nomeadamen-	2025-2030	Ações de proteção e valorização realizadas (n.º); Valores geodiversos incluídos na lista nacional (n.º)
	A2.2. Implementar um programa de visitação e usufruto dos locais identificados como Geosítios com a colocação de sinalética identificativa e conteúdos interpretativos, garantindo a acessibilidade inclusiva e formando parceiros e operadores para a visitação de forma sustentável.	Entidade Gestora da RB, municípios e parceiros relevantes	2025-2030	Visitas organizadas (n.º); Visitantes (n.º); ações de formação realizadas (n.º); Participantes em ações de formação (n.º)

**OBJETIVO B.
PROMOÇÃO E FRUIÇÃO: UM TERRITÓRIO POR DESCOBRIR DE FORMA SUSTENTÁVEL**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	PERÍODO EXECUÇÃO	INDICADORES MONITORIZAÇÃO
B1. Promoção do território e criação de condições para a visitação sustentável	B1.1. Desenvolver uma Estratégia de Visitação Sustentável da Reserva, contemplando medidas e ações a implementar em parceria (p.e. Arrábida sem carros, elaboração de estudos de capacidade de carga, guia de visitação da Arrábida, entre outras).	Entidade Gestora da RB, Comissão Científica, Comissão Executiva, Comissão Consultiva e parceiros	2025-2027	Planos/estratégias elaboradas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Ações de participação e envolvimento de parceiros realizadas (n.º)
	B1.2. Sensibilizar e capacitar os agentes económicos, sociais e culturais para a concretização das medidas definidas na Estratégia de Visitação Sustentável da Arrábida (p.e. ações de formação, oficinas colaborativas, produção de conteúdos dedicados para sectores específicos, entre outros)	Entidade Gestora da RB, Comissão Científica, Comissão Executiva, Comissão Consultiva e parceiros	2028-2030	Ações de formação e capacitação de parceiros (n.º); Participantes nas ações de formação e capacitação (n.º); Oficinas colaborativas
	B1.3. Elaborar e executar o Plano de Comunicação da Estratégia de Visitação Sustentável da Arrábida às múltiplas escalas (local, regional e nacional), integrado no Plano de Comunicação da Reserva (ação E2.1).	Entidade Gestora	2025-2035	Planos/estratégias elaboradas (n.º); Ações de comunicação realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
	B1.4. Apoiar iniciativas de divulgação e promoção dos valores materiais e imateriais da Arrábida (p.e. participação em mostras nacionais e internacionais nomeadamente da Rede de Reservas da Biosfera; construção de roteiros temáticos: património cultural, património natural terrestre e marinho, entre outros)	Entidade Gestora	2025-2035	Ações de divulgação e promoção realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Roteiros temáticos elaborados (n.º)
	B1.5. Promover a visitação dos espaços naturais e culturais da Reserva, através do estabelecimento de parcerias, constituindo uma Rede de Visitação e de usufruto do Património da Arrábida.	Entidade Gestora	2025-2035	Parceiros envolvidos (n.º); Visitantes (n.º)
B2. Reforço do papel da atividade turística na base económica local/regional	B2.1. Criar documentos promocionais de divulgação dos valores materiais e imateriais da Reserva da Biosfera.	Entidade Gestora	2025-2035	Materiais promocionais elaborados (n.º); Materiais promocionais distribuídos (n.º);
	B2.2. Reforçar a informação específica sobre os principais valores naturais e culturais da RB a disponibilizar nos postos de informação turística	Entidade Gestora	2025-2035	Materiais promocionais elaborados (n.º); Materiais promocionais distribuídos (n.º);
	B2.3. Conceber e implementar as rotas da biodiversidade da Arrábida.	Entidade Gestora da RB, Comissão Científica, e parceiros relevantes.	2025-2035	Rotas desenvolvidas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Visitantes (n.º)
	B2.4. Conceber e implementar as rotas da geodiversidade da Arrábida.	Entidade Gestora da RB, Comissão Científica, e parceiros relevantes.	2026-2035	Rotas desenvolvidas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Visitantes (n.º)
	B2.5. Instalar sinalética informativa (painéis, leitores de paisagem, sinalização rodoviária) na área da RB que identifique as rotas da biodiversidade e da geodiversidade, bem como sítios de particular interesse.	Entidade Gestora, municípios e ICNF	2027-2028	Sinalética informativa instalada (n.º);
	B2.6. Produzir e editar um Mapa da Reserva da Arrábida	Entidade Gestora, municípios e ICNF	2027	Cartografia elaborada

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

	B2.7. Organizar a Bienal de Artes da Arrábida, com iniciativas de âmbito cultural e artístico, inspiradas e promotoras do território Arrábida (artes plásticas, música, teatro, dança, literatura)	Entidade Gestora	2027-2025	Ações e iniciativas culturais e artísticas realizadas (n.º); Participantes (n.º); Visitantes (n.º)
	B2.8. Construir o Guia da Rede de Percursos Pedestres da Arrábida (Arrábida <i>Walking Trails</i>).	Entidade Gestora, municípios e ICNF, comissão científica e parceiros relevantes	2025-2035	Planos/estratégias/cartografia elaboradas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
	B2.9. Apoiar o desenvolvimento de iniciativas e projetos de envelhecimento ativo aproveitando os recursos disponíveis na reserva, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias com IPSS, Unidade Saúde Local da Arrábida e Universidades Sénior, entre outras.	Entidade Gestora	2025-2030	Parcerias estabelecidas (n.º); Ações de envelhecimento ativo realizadas (n.º); Praticantes envolvidos (n.º)
B3. Desenvolvimento das atividades tradicionais enquanto ativos da economia regional	B3.1. Apoiar iniciativas de robustecimento das atividades tradicionais enquanto ativos da economia regional nomeadamente a pesca, o queijo, o vinho, entre outras (p.e. incentivo ao registo de marcas tradicionais da Arrábida, criar ações de sensibilização para a comunidade em geral para consumo de produtos tradicionais da Arrábida, incentivo de criação de confrarias de produtos tradicionais,...)	Entidade Gestora, municípios e ICNF, comissão científica e parceiros	2025-2035	Ações realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Marcas e produtos regionais registadas (n.º)
	B3.2. Avaliar periodicamente o crescimento económico relacionado direta ou indiretamente com os produtos tradicionais da Arrábida.	Entidade Gestora	2025-2035	Relatórios de monitorização e avaliação realizados (n.º)
	B3.3. Integrar no Plano de Comunicação ações específicas de valorização dos produtos regionais da Arrábida, nomeadamente participação em feiras e eventos locais, nacionais e internacionais	Entidade Gestora	2027-2035	Ações realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
	B3.4. Criar uma mostra bienal de produtos da Arrábida, com espaço para debate e reflexão sobre as condições de afirmação e projeção destes produtos no mercado nacional e internacional	Entidade Gestora, municípios e ICNF	2025-2035	Parceiros envolvidos (n.º); Visitantes (n.º)
B4. Promoção de uma economia sustentável e da alimentação saudável	B4.1. Valorizar e promover os projetos de exploração, consumo e usufruto que procurem o uso sustentável dos recursos naturais	Entidade Gestora	2025-2035	Projetos apresentados (n.º); Ações de valorização e promoção realizadas (n.º);
	B4.2. Implementar iniciativas e projetos que concorram para a prossecução dos objetivos do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana	Entidade Gestora, municípios e ICNF, comissão científica e parceiros	2025-2035	Iniciativas e projetos implementados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
	B4.3. Dinamizar iniciativas de voluntariado, envolvendo as populações, em torno da sustentabilidade dos recursos e valores presentes na Reserva da Biosfera	Entidade Gestora	2025-2035	Iniciativas de voluntariado realizadas (n.º); Voluntários envolvidos (n.º);
	B4.4. Apoiar o desenvolvimento e consolidação de projetos emblemáticos como o PROVE e Cabaz do Peixe	Entidade Gestora	2025-2035	Ações de promoção desenvolvidas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Produtos regionais
	B4.5. Criar o Selo “Reserva da Biosfera da Arrábida”, que identifica e recomenda produtores/produtos locais, mediante o cumprimento de um conjunto de requisitos de sustentabilidade a definir	Entidade Gestora	2027	Produtores locais certificados (n.º); Produtos locais certificados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)

**OBJETIVO C.
EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO: UM TERRITÓRIO DE REFERÊNCIA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	PERÍODO EXECUÇÃO	INDICADORES MONITORIZAÇÃO
C1. Dinamização de uma rede de parcerias para o desenvolvimento de ações de sensibilização da comunidade	C1.1. Apoiar iniciativas de sensibilização sobre os valores e recursos da RB promovidos por entidades parceiras que possam contribuir para disseminar conhecimento.	Entidade Gestora	2025-2035	Ações de sensibilização e capacitação apoiadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Participantes (n.º)
	C1.2. Identificar e divulgar boas práticas no usufruto do território da Arrábida.	Entidade Gestora	2025-2035	Ações de divulgação de boas práticas realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Participantes (n.º)
C2. Criação de um programa científico específico com vista à criação/densificação de conhecimento sobre a Reserva da Biosfera.	C2.1. Estimular a criação regional de um fundo (envolvendo parceiros públicos e privados) dedicado ao financiamento dos programas científicos e educativos da Reserva da Biosfera.	Entidade Gestora	2025-2035	Parceiros envolvidos (n.º); Parceiros privados envolvidos (n.º); Percentagem de financiamento externo relativamente ao financiamento total
	C2.2. Disponibilizar um repositório de acesso livre com trabalhos académicos e estudos técnicos sobre o território da Arrábida.	Entidade Gestora	2025-2035	Estudos e trabalhos disponibilizados (n.º); Acessos aos estudos e trabalhos através do site da Reserva da Biosfera (n.º)
	C2.3. Criar condições de acolhimento de bolseiros da Fundação para a Ciência e Tecnologia para desenvolverem Mestrados ou Doutoramentos com interesse para a Reserva da Biosfera.	Entidade Gestora	2025-2035	Bolseiros acolhidos (n.º); Teses de mestrado/doutoramento centradas na Reserva (n.º)
	C2.4. Criar a Cátedra Unesco na Reserva potenciando as instituições académicas locais em articulação com a Cátedra Unesco de Coimbra	Entidade Gestora	2027	Instituições académicas envolvidas (n.º); Alunos inscritos na Cátedra (n.º); Teses de mestrado/doutoramento centradas na Reserva (n.º)
C3. Desenvolvimento e implementação de Programa Ciência na Reserva, direcionado para a comunidade educativa local/regional.	C3.1. Implementar um Prémio Ciência da Reserva, com caráter bienal, que pretende reconhecer projetos educativos que demonstrem conhecer os valores e a missão da Reserva da Biosfera da Arrábida.	Entidade Gestora	2026-2035	Projetos submetidos a concurso (n.º); Estabelecimentos escolares envolvidos (n.º); Alunos envolvidos (n.º)
	C3.2. Construir recursos pedagógicos sobre a Reserva Biosfera para os diversos níveis de ensino.	Entidade Gestora	2025-2035	Recursos pedagógicos desenvolvidos (n.º); Estabelecimentos escolares envolvidos (n.º); Alunos envolvidos (n.º)
	C3.3. Desenvolver ações de formação e capacitação do pessoal docente para trabalhar/ensinar temáticas-chave para a RB, quer em contexto sala de aula, quer em contexto exterior.	Entidade Gestora	2027-2035	Ações de formação e capacitação desenvolvidas (n.º); Docentes envolvidos (n.º); Estabelecimentos escolares envolvidos (n.º)
	C3.4. Fomentar a criação de uma rede de espaços de proximidade no território Arrábida focados para ensino (laboratórios-vivos, nas proximidades dos estabelecimentos escolares)	Entidade Gestora, municípios e ICNF, comissão científica e parceiros relevantes	2026-2035	Espaços de proximidade identificados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Ações realizadas nos laboratórios-vivos (n.º); Alunos participantes (n.º)

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

	C3.5. Criar uma disciplina nas Universidades Seniores presentes no território sobre a Reserva da Biosfera	Entidade Gestora e municípios	2025-2035	Parceiros envolvidos (n.º); Universidades seniores envolvidas (n.º); Docentes envolvidos (n.º); Aulas realizadas (n.º); Alunos envolvidos (n.º)
	C3.6. Reforçar a presença dos recursos e dos valores da RB nos projetos educativos municipais e nos projetos educativos dos agrupamentos de escolas	Entidade Gestora, municípios, agrupamentos de escolas	2025-2035	Ações e iniciativas específicas associadas à Reserva da Biosfera nos projetos educativos municipais e (n.º); Ações e iniciativas específicas associadas à Reserva da Biosfera nos projetos educativos dos agrupamentos de escolas (n.º);
	C3.7. Criar o Espaço Educação Arrábida que congregue e estimule disseminadores de conhecimento na comunidade (docentes, educadores, movimento associativo, Redes de Bibliotecas Públicas e Escolares e IPSS).	Entidade Gestora e municípios e ICNF	2026-2028	Espaços educacionais criados (n.º)

OBJETIVO D.
AÇÃO CLIMÁTICA: UM TERRITÓRIO PROATIVO E RESILIENTE AOS DESAFIOS CLIMÁTICOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	PERÍODO EXECUÇÃO	INDICADORES MONITORIZAÇÃO
D1. Promoção do conhecimento e apoio ao desenvolvimento de abordagens inovadoras de monitorização, mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas	D1.1. Acompanhar a implementação do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, nomeadamente nas ações com impacto direto no território Arrábida e em particular nas suas vulnerabilidades.	Entidade Gestora e municípios e ICNF	2025-2035	Ações de acompanhamento realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
	D1.2. Acompanhar a implementação dos Planos Locais de Adaptação às Alterações Climáticas do território Arrábida (PLAAC Arrábida), nomeada-mente nas ações com impacto direto no território Arrábida e em particular nas suas vulnerabilidades.	Entidade Gestora	2025-2035	Ações de acompanhamento realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
	D1.3. Acompanhar a implementação dos Planos de Ação Climática, nomeadamente nas ações com impacto direto no território Arrábida e em particular nas suas vulnerabilidades.	Entidade Gestora	2025-2035	Ações de acompanhamento realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
	D1.4. Apoiar a elaboração de candidaturas a apresentar aos Fundos Nacionais, Europeus ou Internacionais, com impacto na Reserva da Biosfera.	Entidade Gestora, municípios e ICNF	2025-2035	Candidaturas apoiadas (n.º) Parceiros envolvidos (n.º)
D2. Divulgação de boas práticas locais de Ação Climática	D2.1. Integrar nas plataformas de comunicação da Reserva as experiências e boas práticas dos agentes económicos e das comunidades que visem reforçar e melhorar a resiliência do território Arrábida	Entidade Gestora	2025-2035	Ações de divulgação realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
	D2.2. Atribuir uma distinção, com periodicidade bienal, aos projetos que melhor contribuem para a resiliência do território Arrábida.	Entidade Gestora	2026-2035	Projetos candidatados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Referências ao prémio na comunicação social nacional (n.º)

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

D3. Afirmação da Reserva da Biosfera como espaço de aprendizagem na resposta aos desafios climáticos	D3.1. Realizar, de dois em dois anos, uma conferência nacional/internacional sobre as práticas e experiências da Reserva como região laboratório.	Entidade Gestora, municípios, ICNF e parceiros relevantes	2026-2035	Parceiros envolvidos (n.º), Participantes (n.º), Referências à conferência na comunicação social nacional (n.º)
---	---	---	-----------	---

OBJETIVO E.
PARTICIPAÇÃO E IDENTIDADE: UM TERRITÓRIO DE GESTÃO PARTICIPADA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	PERÍODO EXECUÇÃO	INDICADORES MONITORIZAÇÃO
E1. Aproximação e envolvimento ativo da população, comunidade local e visitantes	E1.1. Promover fóruns e oficinas de trabalho temáticas sobre o desenvolvimento sustentável na Reserva da Biosfera.	Entidade gestora da RB	2025-2035	Ações realizadas (n.º), Parceiros envolvidos (n.º), participantes (n.º)
	E1.2. Elaborar um Plano de Comunicação para a divulgação da RB da Arrábida, integrando ações da Rede Nacional e Internacional de Reservas da Biosfera.	Entidade gestora da RB, Comissão Científica e parceiros relevantes	2025	Planos/estratégias elaboradas (n.º); Ações de comunicação realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
	E1.3. Criar o Site da Reserva da Biosfera da Arrábida.	Entidade gestora da RB e parceiros relevantes.	2025	websites desenvolvidos (n.º)
	E1.4. Promover um evento anual de divulgação da RB.	Entidade gestora da RB, Comissão Científica e parceiros relevantes	2026-2035	Parceiros envolvidos (n.º), Participantes (n.º), Referências ao evento na comunicação social nacional (n.º)
	E1.5. Criar o Dia da Arrábida.	Entidade Gestora	2025	Ações de comunicação realizadas (n.º); Referências na comunicação social nacional (n.º)
E2. Integração plena na Rede Nacional e nas redes temáticas e regionais de Reservas da Biosfera	E2.1. Participar em reuniões e eventos da Rede Nacional, e das redes temáticas e regionais de Reservas da Biosfera (Comité Nacional MaB, Rede de Reservas da Biosfera Mediterrânicas – RRBMed, rede europeia EuroMaB e Rede Ibero-Americana -IberoMAB)	Entidade Gestora	2025-2035	Reuniões e eventos realizados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Participantes (n.º)
	E2.2. Promover o intercâmbio de conhecimento, a troca de experiências e de boas práticas, com a Rede das Reservas da Biosfera Nacional/Mundial para a implementação e concretização dos Objetivos da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável.	Entidade Gestora	2025-2035	Iniciativas realizados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Participantes (n.º)

7

MODELO DE GOVERNANÇA DA RESERVA DA BIOSFERA DA ARRÁBIDA

A construção da candidatura da Arrábida a reserva da Biosfera foi coordenada pela AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, em parceria com os municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, entidades que em abril de 2016, formalizaram a parceria através da assinatura de Protocolos de Colaboração, durante o Encontro de apresentação pública da candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera, realizado em Setúbal.

Foi definida uma estrutura de suporte, que trabalhou em torno da candidatura, constituída por uma:

- **Comissão Executiva da Arrábida** - composta pelos representantes dos executivos das Câmaras Municipais de Palmela, Sesimbra e Setúbal, pelos representantes dos órgãos de Direção do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e pelos órgãos executivos da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS);
- **Comissão Técnica** - formada por técnicos da AMRS, dos municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, do ICNF e da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL), a quem competiu recolher e produzir os elementos técnicos necessários à elaboração da candidatura.

A candidatura foi ainda motivo para o desenvolvimento de um processo de participação, que envolveu diversas entidades, atores locais e regionais, em representação dos mais diversos setores da sociedade ou domínios de atividade, que permitiram a inclusão de contributos e reflexões da comunidade local no formulário, desde a definição do zonamento, da visão, dos objetivos até ao Plano de Ação.

Tendo em conta o percurso desenvolvido, foi consolidado o modelo de governação da Reserva da Biosfera. Assim, como se pode observar pelo diagrama, o modelo de governação é constituído por uma Comissão Executiva, uma Comissão Consultiva e uma Comissão Científica.

Modelo de Governação da Reserva da Biosfera



A **Comissão Consultiva** integra todas as entidades com relevância para a gestão e promoção da Reserva e funciona como um espaço alargado de discussão, acompanhamento e implementação da Reserva da Biosfera.

A **Comissão Científica**, igualmente com funções consultivas, integra entidades da comunidade científica da região e de fora dela, quando se verificar que o seu contributo é relevante tendo em conta os objetivos da Reserva. A esta Comissão cabe assessorar a Comissão Executiva, tendo como principais funções contribuir técnica e/ou cientificamente sobre temas relevantes para a Reserva da Biosfera da Arrábida.

A **Comissão Executiva** é o órgão deliberativo da Reserva com competências para aprovar todas as matérias relativas à gestão da Reserva e é constituída pelas entidades com responsabilidade no território e pela entidade gestora. A experiência de trabalho conjunto das cinco entidades constituintes da Comissão Executiva e a sua relação com a comunidade, permite que preocupações ou necessidades mais relevantes para a preservação e valorização da Reserva sejam permanentemente incorporadas no trabalho de gestão da mesma.

A Comissão Executiva pode ainda estabelecer protocolos de cooperação com entidades parceiras para o bom desenvolvimento das ações previstas no Plano de Ação, bem como para ampliar os efeitos de divulgação e promoção dos objetivos da Reserva da biosfera.

A Entidade Gestora, Associação de Municípios da Região de Setúbal, tem a competência de gerir o plano de atividades anual da Reserva da Biosfera e executar todas as deliberações da Comissão Executiva, bem como dar o apoio logístico e administrativo necessário ao bom o funcionamento da Reserva da Biosfera, bem como para a execução do seu Plano de Ação.

As normas e outros regulamentos de funcionamento dos órgãos da Reserva serão aprovados na primeira reunião da sua constituição.

8

PRAZO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RESERVA BIOSFERA DA ARRÁBIDA

O Plano de Ação da Arrábida, é um instrumento fundamental de planeamento para o território da futura Reserva Biosfera UNESCO, com ações concretas e executáveis, para o período 2025–2035.

Embora o período estabelecido para a execução do Plano de Ação sejam 10 anos, a maioria das ações serão implementadas ou iniciadas nos primeiros anos após a constituição da RB. No entanto, é necessário que elas se consolidem, que sejam verdadeiramente sentidas e apropriadas pela comunidade local, e que possibilitem a sua monitorização e avaliação regular, pelo foi adotado um prazo de execução de 10 anos para a plena concretização do Plano e mensuração dos resultados globais obtidos.

Face a este quadro temporal, alargado, o Plano de Ação não poderá ser assumido como um documento “fechado”, devendo ser adotado por todos os intervenientes relevantes como um instrumento cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para garantir uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos com que se confronte o território e à necessidade de acelerar as mudanças que se esperam alcançar.

Na elaboração do presente documento foram utilizados métodos participativos, possibilitando dessa forma a divulgação e dinamização das propostas dos diferentes atores sociais, a compreensão das decisões tomadas e uma maior legitimidade do processo, o que também contribuirá para uma priorização dos atores-chave pela execução das ações identificadas.

9 PRINCIPAIS FONTES FINANCEIRAS, MATERIAIS E HUMANAS

Este tipo de processo envolve sempre a afetação de recursos humanos e meios financeiros, mas, no caso desta candidatura, numa lógica de utilização dos meios e recursos previamente existentes nas entidades promotoras, estima-se um investimento diminuto face aos proveitos esperados para a região e para o País.

O financiamento será assegurado através de fontes diversas, nomeadamente:

- Pela contribuição direta dos parceiros constituintes da Comissão Executiva;
- Por fundos nacionais públicos ou privados, mecenato e/ou doações;
- Por fundos comunitários;
- Por verbas/receitas próprias;

10

PRINCIPAIS PARCEIROS NA GESTÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA ARRÁBIDA

A candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera do Programa Man & Biosphere da UNESCO foi promovida e coordenada pela AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, em parceria com os municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, entidades que formalizaram a parceria através da assinatura de Protocolos de Colaboração.

As principais partes interessadas (em atualização) na implementação e gestão da Reserva da Biosfera da Arrábida são:

- União de Freguesias de Setúbal
- Junta de Freguesia de Azeitão
- Junta de Freguesia do Castelo
- Junta de Freguesia Santiago
- Junta de Freguesia de Palmela
- Junta de Freguesia Quinta do Anjo
- ISA - Instituto Superior de Agronomia
- IPS - Instituto Politécnico de Setúbal
- FCSH- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- UNL CISNOVA
- FCUL-Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- Departamento de Geologia da FCUL
- UNIARQ- Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
- IGOT-Instituto de Geografia e Ordenamento do Território- Centro Estudos Geográficos
- ENA - Agência de Energia Arrábida
- ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável
- NECA - Núcleo de Espeologia Costa Azul
- Ocean Alive, Cooperativa para a educação criativa marinha, CRL
- ERT-RL Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa
- APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra
- Capitania Porto de Setúbal
- Simarsul
- Docapesca
- Serviço Municipal Proteção Civil Sesimbra
- Serviço Municipal Proteção Civil Setubal

- Serviço Municipal de Proteção Civil Palmela
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal
- Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sesimbra
- Agrupamento de Escolas Lima de Freitas
- Escola Secundária Du Bocage
- Agrupamento Escolas de Palmela
- Escola Secundária Palmela
- UNISSETI - Universidade Terceira Idade Setúbal
- Universidade da Terceira Idade de Palmela
- ARCOLSA- Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida
- Associação Rota dos Vinhos da Península de Setúbal
- CVRPS - Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal
- Quinta do Alcube
- Venâncio Costa Lima
- José Maria da Fonseca
- Queijos Santiago
- Queijaria Simões
- ADREPES- Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul
- ADREPAL- Espaço Fortuna, Artes e Ofícios
- AHRESP- Associação da hotelaria, restauração e similares de Portugal
- Associação Baía de Setúbal
- Pousada de Palmela
- Biovilla
- Á Vela Passeio
- Haliotis, Lda
- Lima & Limão Cycling Services, Lda,
- Biotrails
- Dolphin Bay Lda

- ADN Sesimbra
- YACM Setúbal
- Clube de Montanhismo da Arrábida
- Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal
- Passos e Compassos - Associação
- Experimentáculo Associação Cultural
- TAS - Teatro Animação Setúbal
- Teatro o Bando
- Teatro Cais 21
- Associação Cinematográfica 50CUTS
- FIAR Associação Cultural
- Sociedade Filarmónica Palmelense "Os Loureiros"
- MAEDS- Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
- Associação de Escoteiros de Portugal, Grupo 40 de Palmela
- Corpo Nacional de Escutas - Junta Regional de Setúbal
- Agrupamento 504 Escuteiros - Quinta do Anjo
- Associação Festas Quinta do Anjo
- António Xavier de Lima
- Sobrissul
- Associação de Proprietários e Moradores dos Vales de Alcube e Barris do Parque Natural da Arrábida
- Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre - Marquesa 2
- Associação de Moradores Olhos de Água

11

MONITORIZAÇÃO / REVISÃO

Monitorização

Cabe à Comissão Executiva assegurar o cumprimento do Plano de Ação da Reserva da Biosfera Arrábida, através de planos de atividades anuais. Esta Comissão garante a monitorização das ações previstas no seu plano de ação, permitindo uma avaliação do progresso no âmbito da implementação das ações, projetos e iniciativas previstos. Caberá ainda aferir o cumprimento dos objetivos definidos, recorrendo-se para o efeito a parâmetros de avaliação, nomeadamente, o levantamento de evidências e indicadores, que permitam compilar resultados e possibilitem ainda proceder à avaliação e acompanhamento da eficácia da gestão da Reserva. De entre esses indicadores destaque para aqueles que se encontram definidos na Matriz de Acompanhamento e sintetizados no cronograma abaixo.

Quadro 8 - Cronograma das ações por objetivos e respetivos indicadores associados

OBJETIVO A CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO: UM PATRIMÓNIO NATURAL SINGULAR

												INDICADORES MONITORIZAÇÃO	
	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35		
A1. Conservação e valorização da biodiversidade													
A1.1													Espécies e habitats alvo de monitorização (n.º); Estudos executados (n.º); Estudos apoiados (n.º)
A1.2													Planos elaborados (n.º); Área alvo de ações de erradicação de invasoras (ha); Ações de irradiação de invasoras executadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
A1.3													Ações de intervenção e restauro de habitats (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
A2. Conservação e valorização da geodiversidade													
A2.1													Ações de proteção e valorização realizadas (n.º); Valores geodiversos incluídos na lista nacional (n.º)
A2.2													Visitas organizadas (n.º); Visitantes (n.º); Ações de formação realizadas (n.º); Participantes em ações de formação (n.º)

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

OBJETIVO B.

PROMOÇÃO E FRUIÇÃO: UM TERRITÓRIO POR DESCOBRIR DE FORMA SUSTENTÁVEL

												INDICADORES MONITORIZAÇÃO	
	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35		
B1. Promoção do território e criação de condições para a visitação sustentável													
B1. 1													Planos/estratégias elaboradas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Ações de participação e envolvimento de parceiros realizadas (n.º)
B1. 2													Ações de formação e capacitação de parceiros (n.º); Participantes nas ações de formação e capacitação (n.º); Oficinas colaborativas realizadas (n.º)
B1. 3													Planos/estratégias elaboradas (n.º); Ações de comunicação realizadas (n.º), Parceiros envolvidos (n.º)
B1. 4													Ações de divulgação e promoção realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Roteiros temáticos elaborados (n.º)
B1. 5													Parceiros envolvidos (n.º); Visitantes (n.º)
B2. Reforço do papel da atividade turística na base económica local/regional													
B2. 1													Materiais promocionais elaborados (n.º); Materiais promocionais distribuídos (n.º);
B2. 2													Materiais promocionais elaborados (n.º); Materiais promocionais distribuídos (n.º);
B2. 3													Rotas desenvolvidas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Visitantes (n.º)
B2. 4													Rotas desenvolvidas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Visitantes (n.º)
B2. 5													Sinalética informativa instalada (n.º);
B2. 6													Cartografia elaborada (n.º);
B2. 7													Ações e iniciativas culturais e artísticas realizadas (n.º); Participantes (n.º); Visitantes (n.º)
B2. 8													Planos/estratégias/cartografia elaboradas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
B2. 9													Parcerias estabelecidas (n.º); Ações de envelhecimento ativo realizadas (n.º); Praticantes envolvidos (n.º)
B3. Desenvolvimento das atividades tradicionais enquanto ativos da economia regional													
B3. 1													Ações realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Marcas e produtos regionais registadas (n.º)
B3. 2													Relatórios de monitorização e avaliação realizados (n.º)
B3. 3													Ações realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
B3. 4													Parceiros envolvidos (n.º); Visitantes (n.º)

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

B3. Desenvolvimento das atividades tradicionais enquanto ativos da economia regional													
B3. 1													Ações realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Marcas e produtos regionais registadas (n.º)
B3. 2													Relatórios de monitorização e avaliação realizados (n.º)
B3. 3													Ações realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
B3. 4													Parceiros envolvidos (n.º); Visitantes (n.º)
B4. Promoção de uma economia sustentável e da alimentação saudável													
B4. 1													Projetos apresentados (n.º); Ações de valorização e promoção realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
B4. 2													Iniciativas e projetos implementados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
B4. 3													Iniciativas de voluntariado realizadas (n.º); Voluntários envolvidos (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
B4. 4													Ações de promoção desenvolvidas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Produtos regionais valorizados (n.º)
B4. 5													Produtores locais certificados (n.º); Produtos locais certificados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)

OBJETIVO C.
EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO: UM TERRITÓRIO DE REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

	ANOS (2025 A 2035)											INDICADORES MONITORIZAÇÃO	
	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35		
C1. Dinamização de uma rede de parcerias para o desenvolvimento de ações de sensibilização da comunidade em geral.													
C1. 1													Ações de sensibilização e capacitação apoiadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Participantes (n.º)
C1. 2													Ações de divulgação de boas práticas realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Participantes (n.º)
C2. Criação de um programa científico específico com vista à criação/densificação de conhecimento sobre a Reserva da Biosfera.													
C2. 1													Parceiros envolvidos (n.º); Parceiros privados envolvidos (n.º); Porcentagem de financiamento externo relativamente ao financiamento total
C2. 2													Estudos e trabalhos disponibilizados (n.º); Acessos aos estudos e trabalhos através do site da
C2.3													Bolses acolhidos (n.º); Teses de mestrado/doutoramento centradas na Reserva

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

D3. Afirmação da Reserva da Biosfera como espaço de aprendizagem na resposta aos													
D3. 1													Parceiros envolvidos (n.º), Participantes (n.º), Referências à conferência na comunicação social nacional (n.º)

OBJETIVO E.
PARTICIPAÇÃO E IDENTIDADE: UM TERRITÓRIO DE GESTÃO PARTICIPADA

	ANOS (2025 A 2035)											INDICADORES MONITORIZAÇÃO	
	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35		
E1. Aproximação e envolvimento ativo da população, comunidade local e visitantes													
E1. 1													Ações realizadas (n.º), Parceiros envolvidos (n.º), participantes (n.º)
E1. 2													Planos/estratégias elaboradas (n.º); Ações de comunicação realizadas (n.º); Parceiros envolvidos (n.º)
E1. 3													websites desenvolvidos (n.º)
E1. 4													Parceiros envolvidos (n.º), Participantes (n.º), Referências ao evento na comunicação social nacional (n.º)
E1. 5													Ações de comunicação realizadas (n.º); Referências na comunicação social nacional (n.º)
E2. Integração plena na Rede Nacional e nas redes temáticas e regionais de Reservas da													
E2. 1													Reuniões e eventos realizados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Participantes (n.º)
E2. 2													Iniciativas realizados (n.º); Parceiros envolvidos (n.º); Participantes (n.º)

Além da avaliação do progresso de cada objetivo, que avalia a concretização dos objetivos da Reserva e o cumprimento da Missão definida, entende-se que na seleção dos indicadores devem ser tidos em conta os indicadores definidos para a avaliação das diversas funções da Reserva, estes indicadores foram definidos ao longo do Formulário sendo sintetizados no Quadro seguinte.

Quadro 10 - Indicadores para avaliação das funções da Reserva (constantes do Formulário)

FUNÇÃO DE CONSERVAÇÃO

Paisagens e ecossistemas (Capítulo 14.1.4 do Formulário)

- Área ocupada por habitats;
- Diversidade e abundância de espécies de fauna e flora;
- Área de ocupação florestal;
- Área de ocupação por prados e pastagens;
- Uso e ocupação do solo;

Diversidade genética (Capítulo 14.3.3. do Formulário)

- Flora - As listas de controlo de fauna e flora endémicas e de monitorização de espécies exóticas e invasoras
- Fauna - Monitorização de espécies-alvo: realização de amostragens periódicas e censos
- Agricultura - Indicadores previstos nos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR)
- Maçãs (Riscadinha de Palmela e Camoesa de Sesimbra) a produção será monitorizada junto das associações de produtores.
- Ovinos - Monitorização através de censos com os produtores e dos dados da Direção geral de Alimentação e Veterinária

FUNÇÃO DESENVOLVIMENTO

Agricultura (Capítulo 15.3.3. do Formulário)

- Superfície Agrícola Utilizada por tipo de cultura
- População agrícola familiar
- Produção de Queijo de Azeitão DOP – explorações abastecedoras de leite e produção
- Efetivo animal das produções agrícolas
- Produção de Vinho – total

Outro tipo de atividades que contribuam, positiva ou negativamente, para o desenvolvimento sustentável local, incluindo o impacto/influência da Reserva da Biosfera proposta fora de seus limites (Capítulo 15.4. do Formulário)

- Embarcações licenciadas da frota nacional por porto
- Capturas de pescado por porto
- Frota licenciada para o Parque Marinho
- Licenças por grupo de arte para a frota licenciada para o Parque Marinho
- Área de ocupação florestal
- Área sujeita a regime florestal
- Pedreiras licenciadas
- Área de exploração consolidada por substância
- Área de pedreiras recuperadas

Benefícios das atividades económicas para a população local (Capítulo 15.5.1 do Formulário)

- Empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios das empresas por atividade económica
- Taxa de desemprego
- Poder de compra per capita

FUNÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO

Os indicadores para avaliar esta função não constam do formulário, mas são amplamente mencionados na concretização das ações

A Comissão Executiva articula com os vários promotores envolvidos os relatórios de progresso e monitorização semestrais e anuais, que contemplem os parâmetros de avaliação pré-definidos.

Os relatórios de progresso constituem-se como importantes ferramentas de avaliação e ação, permitindo a intervenção da Comissão Executiva na revisão do Plano de Ação, quando se verificar necessário, seja ao nível da execução das metas previstas, seja na adaptação a novas necessidades e objetivos específicos.

A Comissão Executiva assegura igualmente a divulgação sintetizada ao público, do progresso das ações previstas no Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Arrábida, reforçando a relação com todas as partes interessadas.

No final do período de vigência, a Comissão Executiva, em articulação com os promotores das ações, elaborará o Relatório de Execução do Plano de Ação, com a esquematização das ações concretizadas, através da compilação dos resultados globais alcançados no período de avaliação e constantes nos relatórios pontuais de progresso, anteriormente elaborados, assim criando condições para uma coordenação da Reserva assente em princípios de melhoria contínua, que parta da avaliação do presente e do passado, para o constante aperfeiçoamento no futuro.

Revisão

O Plano de Ação da Reserva da Biosfera Arrábida poderá ser sujeito a revisão caso se revele necessário. A revisão poderá ocorrer na sequência da análise pormenorizada dos relatórios de progresso elaborados, bem como por recomendação do Conselho Consultivo, da Comissão Científica, dos parceiros envolvidos e/ou das partes interessadas. Para efeitos de revisão, ter-se-ão igualmente em conta eventuais alterações do contexto socioeconómico e outros fatores externos que, pela sua dimensão e impacto, o justifiquem.

ANEXO

Documentos que constituem o QRE

Quadro 10 - Quadro de Referência Estratégicos

Instrumentos de Gestão Territorial	Diplomas
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Revisão - Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.
Plano Nacional da Água (PNA)	Revisão - Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro.
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira (PGRH – RH6)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril.
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida	Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto
Programa de Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel (POC ACE)	1.ª Publicação - Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril. Ratificação parcial do PDM de Cascais - Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2023, de 9 de outubro.
Programa de Orla Costeira Espichel-Odeixeira (POC EO)	Medidas Preventivas da iniciativa do Governo - Resolução do Conselho de Ministros n.º 136-A/2021, de 4 de outubro. 1ª Publicação – Resolução do Conselho de Ministros n.º 87-A/2022, de 4 de outubro. 1ª Retificação - Declaração de Retificação n.º 26/2022, de 17 de outubro.
Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)	Revisão – Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro 1.ª Retificação – Declaração de Retificação n.º 13/2019, de 12 de abril 1ª Alteração – Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro 2.ª Retificação – Declaração de Retificação n.º 7-A/2022, de 4 de março.
Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)	1.ª Publicação - Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho
Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML)	1.ª Publicação – Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril
Plano Diretor Municipal de Palmela (PDM Palmela)	1.ª Publicação – Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/97, de 9 de julho. 1.ª Alteração de Regime Simplificado – Declaração n.º 185/2002, de 17 de junho. 2.ª Alteração de Regime Simplificado – Declaração n.º 162/2005, de 27 de julho. 3.ª Alteração – Aviso n.º 2573/2012, de 16 de fevereiro. 4.ª Alteração – Aviso n.º 5019/2013, de 12 de abril. 5.ª Alteração – Aviso n.º 1768/2015, de 16 de fevereiro. 6.ª Alteração por Adaptação - Aviso n.º 8826/2015, de 11 de agosto. 7.ª Alteração por Adaptação - Aviso n.º 7582/2017, de 5 de julho. 1.ª Correção Material – Aviso n.º 12250/2017, de 12 de outubro. 8.ª Alteração – Aviso n.º 13115/2017, de 31 de outubro. 9.ª Alteração – Aviso n.º 9543/2018, de 16 de julho. 1.ª Retificação – Declaração de Retificação n.º 566/2018, de 10 de agosto. Suspensão da Iniciativa do Município – Aviso n.º 176/2020, de 6 de janeiro. 10.ª Alteração – Aviso n.º 21378/2021, de 26 de novembro Suspensão da Iniciativa do Município – Prorrogação – Aviso n.º 1038/2022, de 17 de janeiro. 2.ª Correção Material – Aviso n.º 4796/2022, de 7 de março.

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

Plano Diretor Municipal de Sesimbra (PDM Sesimbra)	<p>1.ª Publicação – Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/98, de 2 de fevereiro.</p> <p>1.ª Alteração de Pormenor – Declaração n.º 1/1999, de 6 de janeiro.</p> <p>2.ª Alteração de Pormenor – Declaração n.º 307/1999, de 24 de setembro.</p> <p>3.ª Alteração de Regime Simplificado – Declaração n.º 271/2001, de 11 de setembro.</p> <p>4.ª Alteração de Regime Simplificado – Declaração n.º 23/2004, de 6 de fevereiro.</p> <p>5.ª Alteração – Aviso n.º 8069/2019, de 9 de maio.</p> <p>6.ª Alteração por Adaptação - Aviso n.º 16637/2019, de 17 de outubro.</p> <p>7.ª Alteração por Adaptação - Declaração n.º 76/2021, de 21 de julho.</p> <p>8.ª Alteração por Adaptação – Declaração n.º 9/2023, de 23 de janeiro.</p>
Plano Diretor Municipal de Sesimbra (PDM Sesimbra)	<p>1.ª Publicação – Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/94, de 10 de agosto.</p> <p>1.ª Alteração de Pormenor – Declaração n.º 416/99, de 17 de dezembro.</p> <p>2.ª Alteração de Pormenor – Declaração n.º 49/2000, de 25 de fevereiro.</p> <p>3.ª Alteração – Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2001, de 29 de março.</p> <p>4.ª Alteração de Regime Simplificado – Declaração n.º 268/2001, de 6 de setembro.</p> <p>1.ª Retificação – Declaração de Retificação n.º 1142/2010, de 14 de junho.</p> <p>5.ª Alteração – Aviso n.º 9397/2013, de 22 de julho.</p> <p>6.ª Alteração - Aviso n.º 2263/2017, de 3 de março.</p> <p>7.ª Alteração - Aviso n.º 1297/2018, de 26 de janeiro.</p> <p>Suspensão da Iniciativa do Município – Aviso n.º 5849/2018, de 2 de maio.</p> <p>8.ª Alteração por Adaptação – Aviso n.º 6619/2018, de 17 de maio.</p> <p>Suspensão da Iniciativa do Município – Retificação – Declaração de Retificação n.º 499/2018, de 9 de julho.</p> <p>Suspensão da Iniciativa do Município – Prorrogação – Aviso n.º 9049/2018, de 23 de maio.</p> <p>Suspensão da Iniciativa do Município – Aviso n.º 9468/2022, de 10 de maio.</p> <p>Suspensão da Iniciativa do Município – Prorrogação – Aviso n.º 11332/2023, de 12 de junho.</p> <p>Ratificação parcial - Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2044, de 29 de janeiro</p>

Instrumentos de Ordenamento do Espaço Marítimo	Diplomas
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para as subdivisões Continente, Madeira e Plataforma Continental Estendida (PSOEM)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro.

Outros Planos e Programas	Diplomas
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6.B/2015, de 4 de fevereiro

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho
Política Climática Nacional:	
Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho (prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela RCM n.º 53/2020, de 10 julho, que aprovou o PNEC)
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto
Estratégia para o Turismo 2027 (ET 27)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

ARRÁBIDA | CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
PLANO DE AÇÃO

